

CONVERGÊNCIA



- A vocação do religioso irmão
- A eclesiologia do Concílio Vaticano II
- A Vida Religiosa e o Forum Social Mundial
- Paz e Juventude
- Des-centrando a formação



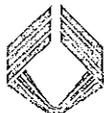
CRB

Sumário

| | |
|---|-----|
| EDITORIAL | 321 |
| PALAVRA DO PAPA | 325 |
| INFORME CRB | 328 |
| ARTIGOS | 338 |
| A vocação do religioso irmão | 338 |
| FRATER HENRIQUE CRISTIANO JOSÉ MATOS | |
| A eclesiologia do Concílio Vaticano II | 345 |
| PAULO CÉSAR BARROS | |
| A Vida Religiosa e o Fórum Social Mundial | 356 |
| JOSÉ COMBLIN | |
| Paz e Juventude | 365 |
| J. B. LIBANIO | |
| Des-centrando a formação | 375 |
| ELIANA MASSIH | |

A ilustração da capa da Convergência de 2005, do artista Anderson S. Pereira, MSC – Rio de Janeiro/RJ, apresenta elementos simbólicos estilizados: a tenda, símbolo de desinstalação, de busca do essencial; a mão, sinal da presença aconchegante de Deus; a lâmpada, evocação da luz do Espírito; o caminho, sinal de itinerância do povo de Deus. Tudo converge para o horizonte do futuro, para o Sol da Vida, sob o signo da Cruz do Ressuscitado.

O projeto gráfico da capa foi elaborado pelo designer Luiz Henrique Sales – Rio de Janeiro/RJ.



CONVERGÊNCIA

Revista mensal da Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB

ISSN 0010-8162

DIRETORA RESPONSÁVEL:

Ir. Maris Bolzan, SDS

REDATOR RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB
(Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Conselho Editorial:

Ir. Aíla Luzia Pinheiro de Andrade, NJ

Pe. Francisco Taborda, SJ

Pe. Jaldemir Vítório, SJ

Pe. Cleto Caliman, SDB

DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24/4º andar
CEP 20038-900 - Rio de Janeiro - RJ

Tel. (21) 2240-7299

Fax (21) 2240-4486

E-mail: crb@crbnacional.org.br

PROJETO GRÁFICO E PRODUÇÃO:

LetraCapital Editora

Av. Rio Branco 257 - Salas 401/402
CEP 20040-009 - Rio de Janeiro - RJ

Tel. (21) 2215-3781

Fax (21) 2224-7071

E-mail: letracapital@letracapital.com.br

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do PDF sob o nº P. 209/73

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

| | |
|------------|---|
| Assinatura | Brasil: R\$ 80,00 |
| Anual | Exterior: US\$ 80,00 ou o correspondente em R\$ (Reais) |
| para 2005 | Números avulsos: R\$ 8,00 ou US\$ 8.00 |

Editorial



25 JUL 2005

CRB -
BIBLIOTECA -
R. Alcindo Guanabara, 24/4º - Cinelândia
Cap 20033-000 - Rio de Janeiro - RJ

Chamados a servir

IR. MARIA CARMELITA DE FREITAS, FI

Durante este mês de agosto, a Igreja no Brasil, como um todo, é convocada a refletir sobre o sentido e o alcance das vocações, e a abrir espaço para o conhecimento, a compreensão e o respeito à diversidade de carismas e ministérios no interno da Comunidade eclesial. Na rica pluriformidade de vocações existentes no povo de Deus, a dimensão do serviço está presente como elemento constitutivo de todas elas. A vocação cristã, seja qual for a forma de expressão histórica que assuma na sociedade e na Igreja, é sempre vocação ao serviço.

Entretanto, no mundo de hoje, a palavra *servir* não goza de muito apreço. O afã de poder, particularmente de poder econômico, prioriza interesses individuais e de pequenos grupos, em detrimento da gratuidade e do serviço despretensioso ao bem comum e aos mais necessitados. A busca frenética de *status* social e de aparência, de consumo e de bem-estar individual, exacerbada pelos mecanismos de um sistema sócio-econômico concentrador e excludente, vai se espalhando e ameaça minar a capacidade de altruísmo e de soli-

dariedade ínsita na pessoa humana. Esse fenômeno não fica restrito ao âmbito das relações sociais. Infiltra-se na Igreja e na Vida Religiosa. Constitui uma constante tentação para a pessoa humana, qualquer que seja a sua condição. Há aqueles que opinam que a tentação do poder é a mais ancestral e mais arraigada no ser humano. Em contrapartida, vão surgindo e se multiplicando gestos e iniciativas de *serviço* voluntário e gratuito na sociedade e nas igrejas, sobretudo no âmbito de ONGs e de outras formas de parceria e redes de solidariedade.

O serviço é uma das atitudes que definem a existência cristã. O Evangelho, de fato, contém uma verdadeira *mística do serviço*. O texto referencial básico, neste sentido, é Mc 10,42-46. Depois de descrever como procedem os poderosos deste mundo, Jesus exorta os discípulos: "não há de ser assim entre vocês; pelo contrário, aquele que quiser ser o maior entre vocês, seja servidor, e o que quiser ser o primeiro, seja escravo de todos". E acrescenta o motivo: "porque o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para

servir e dar a vida pela salvação de muitos". Com esta última frase, Jesus define a sua missão histórica: *servir e dar a vida*. Por isso, seguir Jesus será sempre uma vocação a servir, a colocar o bem e os interesses do irmão em primeiro lugar, a pautar-se, na vida intracomunitária e nas relações sociais, pela *lógica* do amor e não do domínio.

Na cena do lava-pés, descrita pelo apóstolo João no lugar onde os sinópticos falam da última ceia (Jo 13), Jesus insiste no mesmo ensinamento, e o faz de maneira plástica, para *dar o exemplo*, de maneira que ninguém possa colocar em dúvida a importância do preceito do amor mútuo e do mútuo respeito e consideração, manifestado na disposição de *lavar os pés*, ou seja, de *servir*, que deve caracterizar os seus seguidores. Na comunidade dos seguidores, é absolutamente necessário manter sempre viva a consciência dessa perspectiva ampla do serviço como atitude fundamental de todo/a cristão/ã.

A vocação a seguir Jesus na Vida Religiosa é vocação cristã e, por isso mesmo, vocação a *servir*. Fundadores e Fundadoras, em geral, entenderam sempre a graça da sua vocação nessa perspectiva. Foram, em sua época e em seu contexto geopolítico e social, anunciadores e testemunhas do *evangelho do serviço*, anunciado por Jesus. Uniram indissoluvelmente o amor a Deus e o amor aos irmãos, o culto a Deus e o serviço à pessoa humana e à sociedade. Priorizaram, no desempenho da missão, o ministério da caridade e da entrega aos pequenos e desamparados. Legaram às gerações subseqüentes o ideal de uma caridade abrangente e de uma empatia singular com toda situação humana de carência e de exclusão. Sintoni-

zaram com as "angústias e esperanças" do mundo em que viveram.

Cabe a nós, religiosas e religiosos de hoje, dar efetividade e dinamismo a essa dimensão constitutiva da vocação à Vida Religiosa, mesmo que isto suponha ir contracorrente ou ser contra-cultural, e testemunhar, assim, o sentido evangélico do serviço, não só no nível do fazer, mas como atitude interna e opção de vida, a exemplo de Jesus: "Tende em vós os mesmos sentimentos de Cristo Jesus: Ele que é de condição divina não se apegou à sua categoria de Deus, ao contrário, despojou-se a si mesmo, tomando a condição de servo, tornando-se semelhante aos homens" (Fl 2,5-8). A *kénosis*, o despojamento, a disposição de servir, a exemplo do Mestre, constituem condição necessária para o seguimento e a missão.

A contemplação do mundo pós-moderno deste início de milênio, com suas grandes contradições e carências, com suas possibilidades e limites, faz perceber esse mundo como um imenso e pluriforme espaço de *serviço*, que desafia a Vida Religiosa. Até que ponto religiosas e religiosos somos conscientes desses desafios e estamos dispostos a comprometer-nos com eles, é outra questão. O certo, porém, é que "não se pode servir a dois senhores", ao Deus de Jesus e aos *ídolos* do nosso tempo. Optar pelo serviço gratuito e desprezioso aos menores dos irmãos, aos mais penalizados pelo sistema social vigente, aos que não contam aos olhos do mundo e *dar a vida* por eles, torna-se cada vez mais um imperativo, uma *opção não opcional* para todos os que nos comprometemos com Jesus e sua causa.

Os artigos publicados em Convergên-

cia deste mês de agosto, são particularmente interessantes e oportunos no sentido de motivar e retro-alimentar a reflexão das comunidades e a sua busca de aprimoramento da própria vocação no mundo atual.

“A vocação do Religioso Irmão” – de Frater Henrique Cristiano José Matos – é um texto particularmente iluminador e sugestivo. Com a competência que o caracteriza e sua longa experiência de vida, o autor trata de situar a vocação do Religioso Irmão no conjunto das vocações no Povo de Deus, esclarecendo o significado e a atualidade dessa forma de seguir Jesus na Vida Religiosa. Desenvolve com maestria os dois traços mais característicos desta vocação, ou seja, a laicidade e a fraternidade como ideal evangélico. Para o autor, “o Irmão religioso cultiva na sua vida a simplicidade no ser e no agir. Servir os outros com coração alegre e disponibilidade desinteressada é para ele um prazer. No meio do povo simples ele se sente bem porque desenvolve relações humanas, marcadas pela solidariedade e a simpatia. Como leigo, não quer na Igreja ocupar um posto que não lhe pertence, por isso declina qualquer serviço tipicamente clerical ou hierárquico”.

Paulo César Barros, SJ, no seu artigo, “A eclesiologia do Vaticano II”, apresenta uma interessante e bem fundamentada visão dos grandes eixos eclesiológicos do Concílio Vaticano II e sua repercussão sobre a Vida Religiosa. Tece considerações muito pertinentes sobre os limites da eclesiologia conciliar e sobre os principais desafios que o Concílio, com sua nova eclesiologia, colocou para a Igreja e a Vida Religiosa e que continuam sendo válidos

ainda hoje. O autor conclui augurando que durante o novo pontificado que se inicia “o Concílio Vaticano II, passados quarenta anos de seu encerramento, seja frutuosamente revisitado, de tal modo que possamos nos alimentar do seu rico magistério, em vista da ainda necessária reforma da Igreja, chamada a ser “sal da terra” e “luz do mundo”.

O artigo de José Comblin – “A Vida Religiosa e o Fórum Social Mundial” – é particularmente questionador para a Vida Religiosa e a Igreja. Para o autor, “toda a história do século XXI está em gestação nessas reuniões internacionais do Fórum Social Mundial”. Partindo dessa convicção, Comblin se interroga sobre o lugar que irão ocupar e sobre o papel que irão desempenhar nessa nova conjuntura histórica a Igreja e a Vida Religiosa. Depois de breves e ilustrativos acenos ao passado, focaliza os grandes desafios que hoje enfrenta a humanidade, destacando como desafio maior a busca de uma nova sociedade. Para ele, a Vida Religiosa não poderá esquivar-se de responder a esse desafio. Conclui lembrando que o carisma de cada congregação “aparecerá uma vez que religiosos/as estejam metidos no meio do mundo. Ali, o Espírito Santo lhes revelará o que é o seu carisma, um carisma para os tempos de hoje, um carisma que é ação no mundo”.

“Paz e Juventude” – de João Batista Libanio, SJ – é um texto de grande atualidade e pro-vocador. Nele o autor se propõe a responder a esta pergunta: “Que paz construiremos?” lembrando que o sujeito da frase é o jovem. Nessa perspectiva, o autor focaliza o processo de construção da paz em diferentes níveis: – paz consigo, paz com os outros, paz na sociedade. Em cada

um desses três níveis, o autor aborda questões de grande pertinência, sobretudo no momento atual, e de particular interesse para as comunidades e as pessoas. Lembra, no final do artigo, que "a construção da paz é responsabilidade de todos, mas de modo especial daqueles que, sem ela, estarão mais ameaçados, os jovens". O texto tem mordência e é particularmente sugestivo em vésperas da próxima jornada mundial da juventude. Merece ser estudado e debatido nas comunidades.

Eliana Massih, no seu artigo - "Descentrando a formação - Cooperação entre formadores e psicólogos na formação" -, apresenta uma reflexão particularmente valiosa e iluminadora sobre o processo formativo na Igreja e na Vida Religiosa. A autora parte da sua ampla experiência profissional em grupos de

reflexão com formadores e psicólogos. Focaliza a formação a partir do olhar do psicólogo, lembrando que "desde o momento em que a Igreja passa a incluir o saber das ciências para aprimorar a compreensão e o acompanhamento dos seus vocacionados e membros ativos, algo muito sério passa a acontecer". Trata questões de especial importância, tais como: o ambiente formativo; - a equipe formativa; - o interjogo: ambiente formativo e tríade formativa; a vida em comunidade e as perspectivas para os formandos. No final do texto, a autora esboça algumas conclusões, afirmando, entre outras coisas que "no des-centrar a formação é que se propicia o crescimento e se diluem as relações neuróticas observadas em casos de religiosos adultos atendidos clinicamente".

“A vocação cristã, seja qual for a forma de expressão histórica que assuma na sociedade e na Igreja, é sempre vocação ao serviço.”



Palavra do Papa

Discurso do Papa Bento XVI à delegação do Patriarcado Ecumênico de Constantinopla

30 de junho de 2005

Queridos Irmãos

Ao receber-vos hoje, pela primeira vez depois do início do meu Pontificado, é-me grato saudar em vós a Delegação que todos os anos Sua Santidade Bartolomeu I, Patriarca Ecumênico, envia para a festa dos Santos Padroeiros da Igreja de Roma. Dirijo-me a vós com as palavras de Paulo aos Filipenses: *"Fazei com que seja completa a minha alegria: procurai ter os mesmos sentimentos, assumindo o mesmo amor, unidos numa só alma, tendo um só sentimento..."*

Tende entre vós os mesmos sentimentos que estão em Jesus Cristo (Fl 2, 2.5). Consciente de quanto é fácil sucumbir à ameaça sempre latente de conflitos e contendas, o Apóstolo exorta a jovem Comunidade de Filipo à concórdia e à unidade. Aos Gálatas, ele indicará vigorosamente que toda a lei só encontra a sua plenitude no preceito do *amor*; e exortá-los-á a caminhar segundo o Espírito, para evitar as obras da carne: discórdias, ciúmes, dissentimentos, divisões, facções e invejas e as-

sim alcançar o fruto do Espírito, que aliás é o *amor* (cf. Gl 5,14-23).

A feliz tradição de assegurar uma presença recíproca na Basílica de São Pedro e na Catedral de São Jorge para as festas dos Santos Pedro e Paulo e de Santo André é, portanto, uma expressão desta vontade compartilhada de combater as obras da carne, que tendem a desagregar-nos, e de viver em conformidade com o Espírito, que promove o crescimento da *caridade* entre nós. A vossa visita hodierna e aquela que a Igreja de Roma retribuirá daqui a alguns meses, testemunham que em Jesus Cristo a fé age através da caridade (cf. *ibid.*, 5,6).

Trata-se da experiência do "diálogo da caridade", inaugurado no Monte das Oliveiras por Paulo VI e pelo Patriarca Atenágoras, uma experiência que se demonstrou não vã. Efetivamente, foram numerosos e significativos os gestos até agora realizados: penso na ab-rogação das condenações recíprocas do ano de 1054, nos discursos, nos documentos e nos encontros promovidos pelas Sedes de Roma e de Constanti-

nopla. Estes gestos assinalaram o caminho das últimas décadas. E como deixar de recordar aqui, que o Papa João Paulo II, de veneranda memória, poucos meses antes da sua morte, na Basílica de São Pedro, trocou um abraço fraterno com o Patriarca Ecumênico, precisamente para manifestar um vigoroso sinal espiritual da nossa comunhão dos Santos, que ambos invocamos, e para reiterar o compromisso firme de trabalhar sem tréguas em vista da plena unidade? Sem dúvida, o nosso caminho é longo e não fácil, marcado no início por temores e hesitações, mas que depois se fez cada vez mais rápido e consciente. Um caminho que viu crescer a esperança de um sólido “diálogo da verdade” e de um processo de esclarecimento teológico e histórico, que já produziu frutos apreciáveis.

Com as palavras do Apóstolo Paulo, devemos interrogar-nos: “Foi em vão que experimentastes coisas tão grandiosas?” (Gl 3,4). Sente-se a necessidade de unir as forças e não poupar energias, a fim de que o diálogo teológico oficial, iniciado em 1980, entre a Igreja Católica e as Igrejas Ortodoxas no seu conjunto, recomece com vigor renovado. A este propósito gostaria de vos manifestar, estimados Irmãos, os meus sentimentos de reconhecimento por Sua Santidade Bartolomeu, que se está a prodigalizar em vista de reativar os trabalhos da Comissão mista internacional católico-ortodoxa. Desejo assegurar-lhe que tenho a vontade decidida de apoiar e de encorajar esta ação. A investigação teológica, que deve enfrentar questões complexas e encontrar soluções não reduzidas, é um compromisso sério, do qual não nos podemos eximir.

Se é verdade que o Senhor chama

vigorosamente os seus discípulos a construir a unidade na caridade e na verdade; se é verdade que o apelo ecumênico constitui um convite urgente a reconstruir, na reconciliação e na paz, a unidade entre todos os cristãos, gravemente prejudicada; se é verdade que não podemos ignorar o fato de que a divisão torna menos eficaz a sacrossanta causa da pregação do Evangelho a todas as criaturas (cf. *Unitatis redintegratio*, 1), como é que nos podemos subtrair à tarefa de examinar com clareza e boa vontade as nossas diferenças, enfrentando-as com a íntima convicção que elas devem ser resolvidas? A unidade que nós buscamos não é absorção nem fusão, mas respeito pela plenitude multiforme da Igreja que, em conformidade com a vontade do seu Fundador Jesus Cristo, deve ser sempre una, santa, católica e apostólica.

Este apelo encontrou a plena ressonância na profissão de fé intangível por parte de todos os cristãos, o Símbolo elaborado pelos Padres dos Concílios Ecumênicos de Nicéia e de Constantinopla (cf. *Slavorum apostoli*, 15). O Concílio Vaticano II reconheceu com lucidez o tesouro que o Oriente possui e do qual o Ocidente “hauriu muitas coisas”; recordou que os dogmas fundamentais da fé cristã foram definidos pelos Concílios Ecumênicos celebrados no Oriente; exortou a não esquecer quantos sofrimentos o Oriente padeceu para conservar a sua fé. O ensinamento do Concílio inspirou o amor e o respeito pela Tradição oriental, encorajou a considerar o Oriente e o Ocidente como elementos que, em conjunto, compõem o rosto esplendoroso do *Pantocrátor*, cuja mão abençoa toda a *Oikoumene*. O Concílio foi além, afirmando: “Não há, pois, que admirar que alguns

aspectos do mistério revelado sejam concebidos de modo mais apto e postos sob melhor luz por uns do que pelos outros, de maneira que pode dizer-se que essas fórmulas teológicas muito mais se completam do que se opõem” (Unitatis redintegratio, 17).

Diletos Irmãos, peço-vos que transmitais as minhas saudações ao Patriarca Ecumênico, informando-o do meu propósito de continuar com firme determinação a busca da plena unidade entre todos os cristãos. Juntos, queremos continuar a percorrer o caminho da comunhão e, em conjunto, realizar *novos passos e gestos*,

que levem a ultrapassar as restantes incompreensões e divisões, tendo em mente o fato de que “para restabelecer a comunhão e a unidade, é preciso “que não se vos imponham outras obrigações além destas, que são indispensáveis” (cf. At 15,28)” (Unitatis redintegratio, 18). Obrigado de coração a cada um de vós, por terdes vindo do Oriente para prestar homenagem aos Santos Pedro e Paulo, que juntos veneramos. A sua proteção constante e sobretudo a intercessão maternal da *Theotokos* orientem sempre os nossos passos: “*A graça de nosso Senhor Jesus Cristo esteja com o vosso Espírito*” (Gl 6,18).

“Sem dúvida, o nosso caminho é longo e não fácil, marcado no início por temores e hesitações, mas que depois se fez cada vez mais rápido e consciente,”



1. Ecos da Vida Religiosa solidária em marcha nacional pela reforma agrária

A simbologia das Tendias, os momentos orantes, as reflexões e trabalhos ao longo do nosso caminho de contínua busca de volta às fontes nos fizeram entender que era preciso iniciar um novo caminhar, vislumbrando novos horizontes, revertendo prioridades e realçando aquilo que a experiência nos mostrou e continua mostrando ser indispensável para continuarmos vivendo a vocação à santidade e a nossa tarefa na missão solidária. Provamos as ervas amargas com marchantes incansáveis na teimosia pela vida, para vencer desafios que estão quase além das resistências humanas e contemplar a alvorada de dias ensolarados, onde a mãe terra será afagada com carinho, as sementes lançadas, o trigo debulhado e a humanidade alimentada.

É neste contexto de itinerância do Movimento dos/as Trabalhadores/as Sem Terra, que marcham de Goiânia à Brasília quase treze mil militantes, inspirando amor solidário e busca de liberdade, com seu recado profundo e sem rodeios: a Terra como ternura da criação e patrimônio da humanidade. Que todas/os se levantem e

se sintam convocadas/os e que ninguém fique para trás, neste afã de experimentar a Terra com Pão, a Sociedade como um grande Projeto de Fraternidade e a Deus como Criador e Redentor dos nossos anseios e pobreza existenciais.

É pela voz libertadora de Jesus de Nazaré que a Vida Religiosa Consagrada desde sua fé, acolhe como sendo Presença Encarnada que pede clemência, os gritos generalizados de dor do Próprio Deus em cada marchante e se decide a peregrinar o mesmo itinerário de desafios, sacrifícios, austeridades, relentos, cansaços, medos, dúvidas, incertezas... Afirma assim, sua identidade de compromisso e missão com a causa da justiça, da paz, da reconciliação, aprendendo muito e ao mesmo tempo sendo terapia e bênção, esperança na construção de alicerces para uma economia solidária, com partilha de recursos humanos e materiais, em vista de um testemunho mais efetivo.

Éramos 115 religiosas/os com o nosso testemunho de alegria e gratuidade, superando fragilidades e limites do próprio corpo cansado e já com acúmulo de anos

vívidos, feitos coração, sustentando assim os valores do povo, que nos procurava como peregrinas/os sedentas/os, buscando água fresca.

Contamos também, com a presença de muitas/os visitantes:

Representantes das regionais da CRB, servidoras públicas, autoridades estaduais, irmãs e irmãos de diversas congregações, padres, bispos, companheiros da Via Campesina, membros da Comissão da Pastoral da Terra, amigas/os do Fórum Social e 4a Semana Social Brasileira, Pastoral da Juventude Rural, militantes em geral, líderes do movimento sem terra, repórteres, estrangeiros, andarilhos, idosos/as, enfermas/os, intelectuais. Todas/os seguiam obedientemente este caminho do povo empobrecido, com sonhos de respeito à dignidade humana e ao destino do planeta terra com toda a sua rede de relações.

Este potencial dos pobres feito militância e consciência de estarem preparando para as gerações vindouras um futuro coroadado pela partilha do pão, dá o que pensar. Em realidade a Marcha do povo camponês estava transbordante de recados e mensagens.

Um dos recados era a formação política ligada à formação da consciência das pessoas que fazem parte da organização, como tarefa principal de cada dia. Mesmo caminhando pela BR-060, super movimentada, íamos sintonizadas/os com a rádio itinerante "Brasil em Movimento", acompanhando o tema do dia, os cantos libertários, as consignas carregadas de teimosia atrevida, o tremular das bandeiras e o desenrolar místico e espiritual de todo o percurso.

Nas tardes, de novo nos encontrávamos em nossas tendas de campanha, muito a gosto, com fones de ouvido e ao som da

Rádio do povo em Marcha e escutávamos orientações profundas de intelectuais de renomes em âmbito Nacional e Internacional: Altamiro Borges, Roberto Malvezzi, Marcelo de Barros, Leonardo Boff, Roberto Baggio, João Pedro Stedeli, Dom Tomás Balduino, Dom Demétrio Valentini...

Estudos e Orientações: Plano de Reforma Agrária, Hidronegócio, A natureza do Agronegócio no Brasil, O valor da Gentileza, A política do imperialismo na América Latina, História e Evolução do MST, Mística e Movimento Popular, Saber cuidar do Planeta...

A sua organização e infra estrutura, eram surpreendentes e iluminativas. Acompanhamos em números o milagre do povo pobre, porém organizado:

- 12.000 pessoas de 22 estados
 - 233 km em 17 dias
 - 31 caminhões, 8 ônibus, 25 carros
 - 6 ambulâncias e 10 caminhões pipa
 - 12 tendas de campanha com capacidade para 600 pessoas
 - 20 tendas para abrigar até 200 pessoas
 - 50 pessoas que preparavam a infra estrutura de água para banhos
 - 250 mil litros de água por dia
 - 2 médicos
 - 150 banheiros químicos
 - 420 pessoas na cozinha
 - 24 mil refeições por dia somando 22 toneladas de comida por dia
 - 130 crianças atendidas por 70 educadoras/es – 19 eram bebês
 - 1 escola itinerante
 - 6 grupos de teatro que apresentam 26 peças
 - 1 rádio itinerante que atinge 20 km de raio
 - 10 mil rádios portáteis
 - 300 ônibus para levar marchantes a Goiânia
- Estiveram presentes comitês de apoio, jornalistas e organizações de 10 países:

África do Sul, Bélgica, Bolívia, Espanha, Estados Unidos, Itália, Noruega, Paraguai, Suíça, Turquia.

É surpreendente a consciência social adquirida pela convivência e pela experiência pessoal. Mas também conta bastante, o conhecimento que tem origem nas pesquisas, na ciência ou em experiências desenvolvidas, crescendo assim, a consciência política de cada militante. Eis o grande ensinamento do Movimento Sem Terra e, por isso, a Marcha Nacional pela Reforma Agrária foi altamente educativa.

E para nós VR-Solidária que experimentamos a Marcha em todos os seus detalhes, sobretudo no que diz respeito à Formação e à Disciplina do povo, se confirma o nosso credo a respeito da necessidade imprescindível de cultivar, em nossa formação, esses valores que agregam e dão respaldo profundo às questões éticas e humanitárias. **O grande desafio encontra-se no retomar ou redescobrir como conjugar formação religiosa e formação da consciência política e a prática da militância que exige gratuidade do nosso ser, por inteiro.**

Por isso, acreditamos de coração que todos os Institutos Religiosos e toda a Vida Consagrada, tem muito a partilhar com a humanidade. E a grande partilha, com certeza, será o revolucionar do pensamento a respeito do potencial que alberga dentro de si o Ser Humano, criado com carinho à imagem e semelhança do próprio Deus.

Portanto, o lugar social em que estamos vivendo, é o espaço ideal e suficiente para direcionar a missão na ótica das/os empobrecidas/os. Isso porque dentro do próprio ser humano estão condensados 14 milhões de anos de história, e com certeza o desti-

no da humanidade e do planeta passa por suas mãos e por todo o seu ser, pela experiência sofrida e vivida na própria carne. Desta forma é possível pensar o destino do universo com os Olhos da Criação e como agentes de transformação.

Queremos ainda dizer que vislumbramos oportunidades imperdíveis, quando o povo marchante nos revestia de uma investidura única, certamente a mais original. Sentíamos em suas manifestações que a nossa presença solidária era a presença do mesmo Deus, confirmando o seu caminhar em busca da terra prometida e assim poder experimentar ainda neste mundo a mediação do Reino. E mesmo em meio a tantos sinais de miséria e de morte, nos sentíamos como que erguidas/os e unidas/os, querendo levantar nossas cabeças ao sol e ao vento da Pátria Grande-Brasil, porque nossa libertação parece se aproximar.

Em nossa Tenda da Palavra, força dinamizadora da Vida Religiosa em peregrinação, a constante recordação da caminhada do povo de Deus no deserto, em direção à terra prometida.

Aí vivemos a utopia que se apresentou em muitos momentos como possibilidade de chegar à solução dos problemas. Entendemos que é um projeto que é difícil de ser alcançado na sua totalidade, porque nem sempre conseguimos compreender a terra como Pachamama, ou seja, o lado materno de Deus. Quanto mais andamos na sua direção, mais nos convidará a andar na busca de perfeição.

Pão e Pé – Fogo e Terra: Animam a caminhada!

Se de fato, quisermos alcançar a realização do que sonhamos, devemos seguir andando, até chegar a outros pontos ou

momentos e perceber que as circunstâncias se ampliam e novamente somos convidadas/os a caminhar. É esta permanente busca, diz Leonardo Boff, que caracteriza as/os lutadoras/es utópicas/os no caminho da busca da verdade. Este mistério de preparar-se e jamais encontrar-se com a totalidade do projeto é que nos move e impulsiona a vivermos esta causa tão humana e tão repleta de realizações. Este prazer de saber, sentir e fazer é que chamamos de mística. É esta força que nos move em busca da construção interminável da utopia.

Queremos ainda ressaltar a importância do valor dos símbolos: nossas bandeiras, camisetas, a Tenda da Palavra, que nos identificavam. Estes símbolos adquiriram um significado coletivo a serviço da construção dos objetivos da Marcha, o que nos deixava muito felizes porque sentíamos estar respondendo com fidelidade à missão de representar, ao estilo de Jesus, cada Instituto Religioso e de modo muito particular a CRB Nacional, interlocutora qualificada no que tange à Vida Religiosa no Brasil. Atendíamos assim aos apelos da Missão comprometendo-nos na defesa dos direitos humanos e da justiça social, fiel à opção preferencial pelas/os pobres assumida pela Igreja e motivando a formação da consciência e exercício da cidadania.

Sintamos o valor do testemunho por alguns dos Militantes. Um deles, o Sr. Altair, se expressou no momento da oração na Tenda da Palavra: **nossa Marcha à Brasília seria incompleta se a Vida Religiosa não estivesse conosco.**

E ainda em nossa Tenda da Palavra, espaço aberto e acolhedor, escutamos outro testemunho do Sr. José de 87 anos, que marchava todos os dias, e depois buscava

descanso para o seu corpo alquebrado e cansado em nossa tenda de convivência: **marcho porque quero deixar para os meus netos e minhas netas, uma herança de esperança.**

Nossa Tenda da Palavra sempre nos recordará a caminhada do Povo de Deus no deserto, em direção à terra prometida. Ela nos lembrará também a Festa das Tendões que ajudava os hebreus a não se esquecerem da sua situação de caminheiros. A nossa peregrinação de Goiânia à Brasília, revelou-se como símbolo bastante expressivo, fazendo-nos entender que a Vida Religiosa precisa continuar a sua peregrinação, o seu êxodo, sem nunca se acomodar ou se fixar, sustentando no coração da sociedade os valores divinos da misericórdia e do perdão, construindo alicerces de justiça e paz, para edificar, no aqui e no agora da história, a fraternidade, a soberania da Pátria e o pão digno.

Em nosso caminhar sobretudo dos últimos dias, não faltaram os imprevistos-previstos provocados por aqueles que queriam o fracasso do povo organizado. Em Brasília foram muitas as tentativas para obstaculizar a harmonia e tenacidade da Marcha que em si era uma denúncia com profundas repercussões sociais. A fé política tem seu preço e as conseqüências agressivas por parte da polícia militar com o seu desrespeito pela Ordem e o Progresso do povo pobre, quis empalidecer o Anúncio, o Testemunho e a Profecia que estimulavam a perseverança na busca pelo direito de habitar a terra e alimentar-se com fartura e dignidade. A opressão feita cavalaria e vôos rasantes com armas nas mãos, tem sido uma prática de todos os tempos, por quem se sente ameaçado em seus pri-

vilégios vivendo a custa do sangue da humanidade excluída.

Os incidentes daquele último dia de Marcha, estimulará a resistência e a perseverança do povo camponês, porque promove a firmeza na fé e na esperança, alimentando a militância de quem resiste à opressão, confiante na ajuda de Deus que age na história através de seus e suas servas em favor da libertação.

Concluindo, queremos dizer das nossas

esperanças futuras a respeito da participação na Marcha Nacional, como motivação para nossas contínuas partidas, que relançam a Vida Religiosa Consagrada na direção de novas fronteiras e dos novos desafios.

Se Deus quiser, continuaremos fincando estacas, armando tendas e no dia seguinte, recolhendo as lonas, e levantando acampamento, **na esperança de chegar.**

Por isso, jamais partimos totalmente e nem voltamos definitivamente.

Ao sair como peregrinas em missão,

levamos uma história que nunca se perderá completamente.

Ao regressar, traremos uma experiência vital que transformou nossas vidas e sem a qual será difícil conseguir viver (cf. Livros Missionários).

Confiantes de que estamos plantando as sementes que um dia crescerão, prenhes de futuro alicerce de uma sociedade, e a contínua fundação da Vida Religiosa Con-

sagrada, agradecidas pela solidariedade feita ternura e compromisso, imploramos para todas/os, as bênçãos de um espírito sempre generoso e a graça da profecia.

“É surpreendente, a consciência social, adquirida pela convivência e pela experiência pessoal. Mas também conta bastante, o conhecimento que tem origem nas pesquisas, na ciência ou em experiências desenvolvidas, crescendo assim, a consciência política de cada militante”

2. IV Encontro das Regionais da Região das Águas

“Caminhos Trilhados”

Impelidos/as pelos anseios da VR neste chão amazônico, nós participantes do encontro das Diretorias da CRB da Região das Águas (Belém, Manaus, Porto Velho), realizado em Manaus de 01-05 de junho de 2005, escutamos, sonhamos, projetamos alguns ensaios de espiritualidade e profecia que respondam ao clamor do povo e da floresta. Queremos partilhar o que aqui escutamos, sonhamos e projetamos.

1. Escutamos

- Escutamos o grito dos religiosos/as nativos/as que anseiam pelo respeito dos seus valores culturais e religiosos dentro da VR.
- O clamor por uma espiritualidade que brote e se alimente deste contexto cultural que tem a base na relação harmônica do ser humano com o criado.
- Os primeiros passos da formação inserida nesta realidade que exigirá no presente e no futuro a formulação de uma nova proposta pedagógica que leve em conta o ser humano inserido neste contexto.
- Escutamos sobre a realidade gritante que atualmente assola a Amazônia: corrupção, impunidade, narcotráfico, tráfico de menores e mulheres, agronegócio, violência no campo e na cidade, consórcio entre fazendeiros, madeireiros em defesa de seus próprios interesses.
- Com grande ansiedade, o aumento da violência contra mulheres e homossexuais.

- A partir das demonstrações públicas dos movimentos sociais que o nosso maior inimigo é o modelo econômico atual.
- O grito de nossa juventude sem perspectiva, sem possibilidade de realizar seus sonhos e sem referenciais.

2. Sonhamos

- Sonhamos uma Igreja ministerial, inculturada.
- Uma Igreja servidora da Palavra.
- Uma Igreja que se expresse na diversidade cultural e religiosa da Amazônia.
- Com uma VR a serviço do Reino, desclericalizada e em defesa da vida.
- Com uma VR centralizada no seguimento de Jesus e comprometida com a construção do Reino, em aliança com todos aqueles e aquelas que já são sinais do Reino presente na história.
- Com uma VR comprometida com os empobrecidos na luta pela justiça e pela integridade da criação.
- Com uma evangelização na Amazônia com seus próprios recursos, não comprometida com os poderosos.
- Com uma VR com lucidez profética, capaz de pronunciar sua palavra, criar e encontrar caminhos de vivência do Evangelho nesta região.
- Com uma VR que valorize os talentos e capacidades; potencialize parcerias locais para consolidar a identidade amazônica

e contribuir para um rosto mais miscigenado da Igreja.

- Com uma sociedade que se constrói a partir da base, das necessidades do povo, com uma preocupação fundamental com a pessoa e o ambiente em que ela vive, e não a partir dos interesses econômicos.
- Com um ser humano interdependente da natureza e dos seus semelhantes, capaz de ser errante na busca da construção de uma nova humanidade.

3. Projetamos

- Ocupar os espaços que já são nossos e descobrir os que exigem nossa presença profética e solidária.
- Uma evangelização para a Amazônia a partir de projetos e ensaios já em andamento.
- Uma evangelização com talentos, capa-

idades e metodologias nativas, aberta para acolher os que desejam se inserir na caminhada.

- Articular a intercongregacionalidade através de redes de comunicação, partilha de experiências e de recursos.
- Um processo de Formação, a partir da Amazônia, com um enfoque sobre a pessoa na sua dimensão cultural e histórica.
- Pensar o conceito de “escola” de formadores/as (EFRA), a partir de terminologias regionais que expressem um método pedagógico próprio da Amazônia.

Escutamos, sonhamos e projetamos. Que o bom Deus e nossa Mãe Maria nos auxiliem.

*Diretorias da Região das Águas
Manaus, 05 de junho de 2005*

MIRAÇÕES

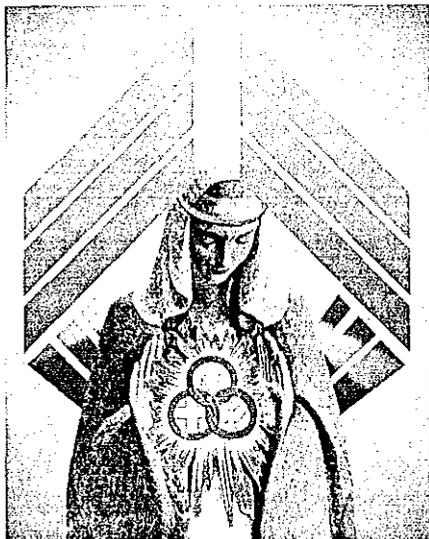
Celdo Braga

*Envelhecido de ausência
Do eu que nunca assumi
O espelho das minhas águas
Se embaça ao me refletir
As marcas na baladeira
São penas que eu abati
No rugário do meu rosto
As vezes que já morri
Agora se faz escuro
No desejo de voltar
Turva a água, mas em tempo
Ainda posso sonhar
Quem sabe um dia embalando
Lembranças de tapiri
Bebendo água na cuia
Eu possa me descobrir.*

Poema de Celdo Braga, de Raízes Caboclas, feito logo após seu encontro com as Diretorias, no qual partilhou sua experiência na linha da espiritualidade.

3. Celebração

Dia da Vida Religiosa Assunção de Nossa Senhora



1. Rito de Acolhida:

Acolher de forma criativa as pessoas presentes.

2. Introdução:

Irmãs! Irmãos!

Neste encontro festivo e celebrativo do Dia do Religioso, na Solenidade da Assunção de Nossa Senhora, queremos ritualizar e tornar visível nosso fascínio: *da paixão por Cristo e paixão pela humanidade.*

Hoje, festa de Maria elevada à plenitude da vida e da história humana! Hoje, festa da Vida Religiosa Consagrada destinada a totalizar-se em Deus e para Deus.

Junto com toda a VRC do Brasil, iluminadas/os pelo ícone da Tenda, numa itinerância solidária e profética, junto com Maria, Tenda do Senhor, vamos celebrar nossa vida e vocação.

3. Canto - À escolha

4. Comentário:

A festa da Assunção de Maria recorre a uma rica linguagem simbólica, linguagem do amor e do mistério, da imagem e da analogia. É assim no livro do Apocalipse.

UM SINAL QUE DÁ VIDA!

5. Primeira proclamação (Ap. 12,1-2)

6. Canto - Se calarem a voz dos profetas (ou à escolha).

UM SINAL QUE DESTRÓI!

7. Segunda proclamação (Ap. 12, 3-4)

8. Canto - À escolha e algum gesto penitencial.

9. Terceira proclamação (Ap. 12,5 - 6)

10. Canto - De louvor , à escolha

11. SER RELIGIOSO/A (pode ser proclamado ou lido em dois coros)

Ser religioso/a é ser bálsamo de solidariedade,

para que os lamentos e gemidos da humanidade

se transformem em sementes de novas profecias.

Ser religioso/a é ser raiz de esperança, gritando ao mundo que o verdadeiro amor

não deixa a morte se instalar.

Ser religioso/a é ser caminhante, provando as ervas amargas como os peregrinos cansados,

para vencer os desertos e contemplar a alvorada de dias ensolarados.

Ser religioso/a é ser malabarista do bem,

sustentando no coração da sociedade os valores divinos da misericórdia e do perdão.

Ser religioso/a é ser mestre de obras, construindo alicerces de justiça e paz, Para edificar castelos de fraternidade.

(Paulinas)

12. Evangelho

Comentário: Quem foi chamado/a recebe um encargo, uma missão. Maria recebe de Deus um anúncio que totaliza sua vida em Deus, por Deus e para Deus.

Canto de Aclamação: à escolha

Leitura: Lc. 1, 26-45 (a ser proclamado de forma expressiva)

13. Meditando:

Narrador/a 1 "Alegra-te cheia de graça" é a saudação de Deus a Maria e ela se torna "Tenda" do Verbo encarnado.

Narrador/a 2 "Alegra-te cheia de graça" e a VRC, como Maria, pode alegrar-se e cantar, pois se torna anúncio vivo da presença de Deus na humanidade.

Narrador/a 1 "Darás à luz um Filho e lhe porás o nome de Jesus". Maria recebe de Deus uma missão que dará sentido e nova orientação a toda a sua vida.

Narrador/a 2 "Darás à luz um Filho e lhe porás o nome de Jesus". Como Maria que, com absoluta lucidez, acolhe e aceita a missão que Deus lhe confia, a VRC é também missão recebida, encargo de Deus que totaliza e dá outra direção à vida.

Narrador/a 1 "Como se fará isto, visto que não tenho relações conjugais"? e Maria concebe pela força criadora do Espírito.

Narrador/a 2 "Como se fará isto"? e a VRC experimenta a fecunda experiência do Espírito que tudo cria e recria, fazendo "novas todas as coisas".

Narrador/a 1 "Eis a serva do Senhor, faça-se em mim segundo tua palavra" Foi esta a resposta de Maria à Palavra criadora de Deus e à força fecundante do Espírito.

Narrador/a 2 "Eis a serva do Senhor, faça-se em mim segundo tua palavra" - assim religiosas e religiosos podem responder ao dom recebido e cantar com ela todas as palavras do Magnificat porque Deus pode fazer de mulheres e homens canais humanos e históricos de sua misericórdia.

Narrador/a 1 "Doravante todas as gerações me chamarão de bem-aventurada", disse Maria a Isabel naquele encontro de todos os encontros.

Narrador/a 2 "Doravante todas as gera-

ções me chamarão de bem-aventurada". Com e como Maria, a VRC pode cantar humildemente seus louvores a Deus sempre que acolhe Sua graça.

14. Canto - Magnificat (cantar de forma criativa e festiva, numa ciranda com Maria)

15. Mensagens:

Momento de mensagens sobre o dia do Religioso

a) *Presidente da CRB*

Amigas e amigos! Venho desejar a cada religiosa, a cada religioso, um dia fecundo de sentido e graça.

Grandes sinais aparecem no céu e nos espaços onde a linguagem dos sinais é perceptível.

"Uma mulher vestida de sol" ... "um dragão pronto para devorar"... uma Vida Religiosa mística e profética num mundo globalizado e carregado de contradições.

Neste contexto de sinais, a Vida Religiosa volta a ser chamada a viver sua profecia com mais vigor, a encarnar-se neste tempo histórico grávido de desafios, a gerar mulheres e homens, apaixonados pela vida, de fé audaciosa, de esperança ousada, fascinadas e fascinados pelo Deus da vida que se revela na Palavra e no clamor da humanidade em dores de parto. Urgida a ser cada vez mais discípula do Mestre e Senhor, a VR vive o horizonte de uma conversão contínua, em cumplicidade evangélica com todos os/as ameaçados/as pelo dragão que continua querendo devorar toda semente de nova humanidade.

Que Maria, a Virgem Assunta à plenitude, trace para nós caminhos proféticos nos quais os pobres da terra sejam cumulados

de bens, os primidos encontramos mãos que os levantem, as culturas reencontrem sua identidade e todos cantemos ao Senhor Deus, fiel à promessa para sempre.

Ir. Maris Bolzan

Presidente da CRB Nacional

B) *Outras*

16. Oração:

Nós te bendizemos, Pai, Senhor do céu e da terra, porque nos chamaste à Vida Consagrada desde o nascer do sol até o seu ocaso.

Chegue a ti o nosso louvor, por meio de Teu filho amado, Senhor Jesus Cristo, nosso Senhor.

Que Ele nos ensine a ser presença viva do seu modo de existir e de atuar, para que o amor se torne profecia e ternura, que gerem vida nova.

Nós te damos graças, Senhor, porque o Espírito Santo semeou e faz crescer cada dia em nós a paixão por Cristo e a paixão pela humanidade.

Senhor e nosso Deus, dá-nos a graça de trabalhar intensamente pela justiça e pela paz, em união com os homens e as mulheres desta terra.

Como fizeste a Maria, transforma-nos em testemunhas de um mundo novo e, por sua intercessão, concede aos religiosos e religiosas do mundo inteiro audácia e lucidez.

Nós te pedimos por Cristo, nosso Senhor.

Amém

(Oração do Congresso da Vida Consagrada - 2004)

17. Confraternização: Onde e quando possível

A vocação do religioso irmão

FRATER HENRIQUE CRISTIANO JOSÉ MATOS

Do ponto de vista puramente estatístico os religiosos-irmãos são uma absoluta minoria no conjunto da Vida Religiosa Consagrada. Mas não só numericamente aparecem como “insignificantes”. Também são desconhecidos na Igreja e, às vezes, ignorados ou até desprezados. Inconscientemente e sem nenhuma maldade há pessoas – tanto entre clérigos como entre o laicato – que o consideram como uma espécie de “segunda categoria” na Igreja, sempre depois do padre e do religioso-presbítero. Francamente, são poucos que entendem sua vocação peculiar e alguns até duvidam se realmente existe. Mas também entre os próprios irmãos não é raro encontrarmos incerteza sobre sua identidade no conjunto dos consagrados.

Obviamente não pretendo nessa reflexão abordar – e muito menos resolver – todas as questões em torno da figura do irmão, mas sim procurar os fundamentos de sua vocação e injetar nele uma dose de ânimo e coragem para vivê-la com convicção e alegria.

Não obstante ter sido abandonada após o Concílio Vaticano II (ver p.ex. a proposta contida na Exortação apostólica *Vita*

Consecrata de 1996, n.60 c e d) a terminologia de *irmão-leigo* – em latim *frater laikos* – penso que (bem entendida) ela continua sendo uma designação significativa. De fato, nesta expressão se unem dois elementos constitutivos de sua vocação: ser irmão e leigo. O irmão-religioso tem consciência de ser, antes de tudo, membro pleno do povo de Deus (*laos*) – embora sob título peculiar devido à sua consagração religiosa – e irmão (*frater*), ou seja, um cristão que valoriza e cultiva intensamente a fraternidade, fazendo dela um traço identificador de sua consagração e espiritualidade.

1. A laicidade da vocação do irmão

Expressar na sua vida que ele pertence aos *christifideles laici*, os fiéis leigos, é uma questão de princípio para o irmão. Ele se reconhece a si mesmo como integrante do Povo de Deus, junto aos demais membros deste povo. Tem a convicção de que a Igreja é primordialmente o Corpo dos batizados que, unido a Cristo, sua Cabeça, está caminhando na História rumo à sua plenitude escatológica.

Fundamental nessa compreensão é a eclesiologia desenvolvida pelo Vaticano II, sobretudo na Constituição dogmática *Lumen Gentium*. Após ter falado do “Mistério da Igreja”, comunhão-de-vida-em-Cristo, o documento conciliar apresenta no 2º capítulo a Igreja como *Povo de Deus*, onde, em virtude do batismo, todos gozam da mesma dignidade e todos são corresponsáveis pela missão eclesial. Somente no 3º capítulo o Concílio aborda a “constituição hierárquica” da Igreja, seguido pelo capítulo dedicado aos leigos que, na realidade, são a esmagadora maioria do Povo de Deus. Na mente dos padres conciliares, todos na Igreja, sem nenhuma exceção, são chamados à plenitude da vida cristã na caridade, ou seja, à santidade. Isso não é privilégio de nenhum grupo específico, mas constitui uma “vocação universal”. Tendo afirmada solenemente essa verdade eclesiológica, o documento refere-se no 6º capítulo diretamente aos Religiosos. Esta parte deve ser lida em conexão com o 7º capítulo onde *Lumen Gentium* declara que todos os membros do Povo de Deus – seja qual for seu estado, posição ou o cargo no interior dele – estão sempre *a caminho* como verdadeiros peregrinos, intimamente unidos à Igreja celeste. Conclui esta riquíssima Constituição dogmática com o capítulo 8 dedicado a Maria, Mãe de Deus, protótipo da Igreja na qualidade de Virgem e Mãe.

O que chama nossa atenção neste documento conciliar é exatamente sua eclesiologia renovada que abarca a totalidade do ser-cristão. A Igreja é entendida como sinal e instrumento da íntima união com Deus e dos seres humanos entre si. Ela está

a serviço do Reino, anunciado por Cristo como projeto salvífico e esperança de vida plena. A Igreja não só prega o Reino, mas igualmente se empenha na sua realização histórica (secular), sendo esta uma condição essencial para tornar credível o anúncio desse mesmo Reino. Sabe que o Reino não se realiza plenamente aqui na terra, mas está convencida de que seus valores devem começar a tornar-se visíveis e palpáveis em atos concretos de transformação da sociedade. Todos na Igreja são chamados a colaborar nessa missão dentro da condição específica de cada um. A corresponsabilidade eclesial manifesta-se em quatro níveis profundamente inter-relacionados: serviço, diálogo, anúncio e testemunho. O Concílio é enfático quanto à comum dignidade de todos na Igreja. Pelo batismo todos são fundamentalmente iguais e têm os mesmos direitos. Diferença de estado ou função apenas se justifica em vista do serviço a ser prestado ao mesmo Povo de Deus para que possa cumprir sua missão essencial: evangelizar. Indiretamente o Vaticano II rejeita qualquer tendência a classes ou grupos privilegiados no interior da Igreja. Clericalização e exclusivismos de determinados setores eclesiásticos são mecanismos que não coadunam com sua concepção eclesiológica. Altamente significativo neste contexto é o texto de 1Pd 2,9-10: “Vós sois uma raça eleita, um sacerdócio real, uma nação santa, o povo de sua particular propriedade, a fim de que proclaméis as excelências daquele que vos chamou das trevas para a sua luz maravilhosa, vós que outrora não éreis povo, mas agora sois o Povo de Deus...”

Dentro da Igreja os religiosos, a partir de sua pertença ao Povo de Deus, são con-

vidados a radicalizar a consagração batismal. Trata-se, antes de tudo, de um chamado de Deus para visualizar mais diretamente o que é a vocação básica de todo cristão: seguir o Cristo, Enviado do Pai, para a salvação do mundo. O religioso assume livremente o apelo divino para viver os conselhos evangélicos num estilo de vida que expresse seus valores essenciais. A profissão religiosa torna público este seu desejo ou projeto existencial, mediante uma vinculação solene e definitiva com a pessoa de Jesus e seu Evangelho.

Fundamentalmente a consagração religiosa – que, no seu núcleo, é imperativa para todo batizado – intensifica o compromisso com Cristo e sua Igreja, ou seja, assume-o com toda seriedade e vigor no quotidiano da vida. Três elementos são constitutivos e irrenunciáveis neste projeto existencial:

- A permanente busca do Absoluto, através da experiência de Deus, manifestada na oração, celebração e contínua união com o Senhor, chegando a ser uma atitude contemplativa que torna diáfana a realidade, referindo-a em tudo a Deus, fonte da vida.
- A vivência comunitária, expressão concreta do ser-Igreja, no dia-a-dia da existência, caracterizada pela partilha do ser e do ter, estilo de vida que desconcentra a pessoa de si mesma e, ao mesmo tempo, a realiza humanamente.
- A doação da própria vida por causa do Reino com o assumir de uma missão específica, exercida em nome da Igreja “para que o mundo creia e seja salvo” (cf. Jo 17).

A consagração religiosa do irmão não inclui o ministério ordenado, mantendo-

se especificamente na esfera da laicidade eclesial, não por oposição, rejeição ou menosprezo em relação ao sacerdócio ou diaconato ministerial, mas por livre opção entendida como apelo pessoal do Senhor. Assim o religioso-irmão representa a consagração religiosa *tout court*, sem condicionamentos disciplinares (como no caso das religiosas) ou veladas aspirações a uma suposta “promoção dignitária” (como alguns ainda apresentam a “ascensão” ao estado clerical!). Sua existência torna visível o exercício do sacerdócio universal dos batizados em sua dimensão cultural (oferta gratuita da própria vida) e apostólica (engajamento concreto tendo em vista o anúncio e a implantação do Reino). Esta consagração laical deve ser entendida como “completa em si” ou como diz o Decreto *Perfectae Caritatis* do Concílio Vaticano II sobre a atualização dos Religiosos: “A vida religiosa leiga, tanto para homens quanto para mulheres, constitui em si mesma um estado completo de profissão dos conselhos evangélicos” (n.10). O que aqui é estatuído solenemente nem sempre corresponde à realidade dos fatos. Tanto na hierarquia eclesial – entre bispos e padres – como no meio dos próprios irmãos ainda se ouvem, de quando em quando, vozes a favor de uma “promoção ministerial” a fim de que esta vocação seja “mais útil” para a pastoral! Cabe aos próprios irmãos elucidar e, se for o caso, defender sua laicidade como marca identificadora de seu ser-religioso. Eles mesmos devem decididamente opor-se a todo tipo de clericalização, no que se refere ao estilo de vida e também aos serviços assumidos ou posições ocupadas na Igreja. O lugar

deles é a realidade secular onde, como consagrados, se empenham na construção da *cidade terrestre*, fermentando-a por dentro com o espírito do Evangelho. Normalmente isso acontece mediante o exercício de uma profissão para a qual se preparam e obtêm as qualidades requeridas. Em tese, nenhuma atividade profissional está fora do âmbito de seu apostolado.

O irmão-religioso cultiva na sua vida a simplicidade no ser e agir. Não se gaba de eventuais títulos acadêmicos ou diplomas e é adverso a todo carreirismo. Em termos cristãos podemos dizer que procura ser um homem humilde, tendo a modéstia como espécie de segunda natureza. Servir os outros com coração alegre e disponibilidade desinteressada é para ele um prazer. No meio do povo simples ele se sente bem, porque deseja desenvolver relações humanas marcadas pela solidariedade e simpatia. Como leigo não quer na Igreja ocupar um posto que não lhe pertence, por isso, declina qualquer serviço tipicamente clerical ou hierárquico. Junto aos "simples fiéis" ele se realiza melhor como pessoa humana e religioso consagrado. Expressar existencialmente esta pertença ao Povo de Deus faz parte de sua identidade. Assim, há determinados trabalhos e serviços que mais condizem com sua opção de vida, tais como: catequese; formação de leigos; pastorais específicas, p.ex. carcerária, juventude, saúde, Direitos Humanos, assistência social, etc. Tradicionalmente os irmãos tiveram – e em parte ainda têm – grandes méritos na área da educação de crianças e jovens em todos os níveis. A isso se acrescenta a significativa atuação de irmãos no ensino superior e nos mais diversos ramos da ciência e da técnica.

2. A fraternidade como ideal evangélico da consagração do irmão

Ser-irmão expressa "uma rica espiritualidade", afirma a Exortação apostólica pós-sinodal *Vita Consecrata* (25-3-1996). Diz literalmente o texto do número 60: "Estes religiosos são chamados a ser irmãos de Cristo, profundamente unidos a Ele, 'primogênito de muitos irmãos' (Rm 8,29); irmãos entre si, no amor recíproco e na cooperação para o mesmo serviço de bem-fazer na Igreja; irmãos de todos os homens, no testemunho da caridade de Cristo para com todos, especialmente os mais pequeninos, os mais necessitados; irmãos para uma maior fraternidade na Igreja. Vivendo de modo especial este aspecto próprio simultaneamente da vida cristã e consagrada, os religiosos irmãos lembram eficazmente aos próprios religiosos-sacerdotes a dimensão fundamental da fraternidade em Cristo, que hão de viver entre eles e com todo homem e mulher, e a todos proclamam a palavra do Senhor: E vós sois todos irmãos (Mt 23,8)".

Passamos a analisar cada uma das dimensões da fraternidade evocada nesta citação:

Irmãos de Cristo, profundamente unidos a Ele

Temos aqui o fundamento de toda vocação cristã: em Cristo somos filhos do mesmo Pai, intensamente amados e destinados à vida plena da convivência trinitária. O irmão vive esta realidade de fé a seu modo, tanto pessoal como comunitariamente. Para ele a união diuturna com o Senhor numa íntima comunhão-de-vida é absolutamente central. Encontra nisso a razão de sua consagração e a força para continuamente

revitalizá-la. Trata-se de uma referência realmente substancial sem a qual tudo na sua vida começa a perder seu sentido. Vive concretamente seu ser-em-Cristo pela participação à eucaristia, se for possível diariamente. Além de celebrá-la junto com o povo de Deus na igreja paroquial, é bom que haja regularmente uma missa na própria comunidade religiosa, pelo fato de a eucaristia expressar de modo sublime sua identidade vocacional: irmãos em Cristo, unidos ao Senhor, oferecendo junto com o sacrifício de Jesus sua própria vida, como “oferta agradável” a Deus (cf. 1Pd 2,5). Ao lado da celebração eucarística, a comunidade dá irmãos valoriza particularmente a escuta e meditação da Palavra de Deus, como também a Liturgia das Horas – pelos menos quanto a seus dois pólos centrais – como oração que os une a toda a Igreja, manifestando igualmente seu desejo de “permanecer em Deus” ao longo de todo o tempo do dia. Outras orações e práticas devocionais, entre as quais exalta o rosário – oração meditativa do povo cristão centrada sobre os grandes mistérios de nossa fé –, podem completar seu empenho de “estar com o Senhor”. Toda atividade apostólica, pessoal e comunitária, terá na oração sua fonte de permanente fecundidade. O irmão-religioso quer ser verdadeiramente um homem de oração, de vida interior, convencido de que a ininterrupta comunhão com o Senhor constitui o segredo de uma existência integralmente consagrada a Deus e totalmente doada aos irmãos e irmãs.

Irmãos entre si, no amor recíproco

Os irmãos religiosos serão reconhecidos como seguidores de Jesus quando se amam uns aos outros (cf. Jo 13,35). Viver em comunidade é um elemento constitutivo

da sua vida consagrada. É na concretude da convivência diária que se aprende o que é “ser irmão”. A própria comunidade constitui uma escola de prática evangélica. A partilha é neste processo de aprendizagem o elemento central, conforme atestam as comunidades cristãs primitivas: “Todos os fiéis, unidos, tinham tudo em comum... (At 2,44) e “a multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava seu o que possuía, mas tudo era comum entre eles” (At 4,32). Saber partilhar e fazer disso um estilo normal de vida é, sem dúvida, um testemunho evangélico de altíssimo valor. Começa-se a viver para o outro, repartindo dons e qualidades, não apenas de ordem material, mas igualmente afetiva e espiritual. Numa sociedade caracterizada por subjetivismo exacerbado e num mundo dilacerado por rivalidades e competição, o cultivo da partilha é sinal profético do Reino. Efetivamente, sem o exercício permanente da solidariedade as esperanças de um mundo novo se esvaecem rapidamente.

Viver em comunidade não é nada fácil. Decepções fazem parte de nosso dia-a-dia. Muitas vezes somos obrigados a agüentar o nosso irmão sem entender bem suas atitudes. Aqui há muito desafio e pouco romantismo. Nesta escola da vida, entretanto, aprendemos progressivamente que as diferenças – às vezes tão acentuadas – podem tornar-se um meio singular para crescermos em fraternidade, exatamente quando descobrimos que elas não são tanto uma ameaça, mas uma possibilidade de nos enriquecermos mutuamente. Uma convivência inspirada no evangelho, tendo o perdão

como princípio de continência reconci-
liação, abre perspectivas para uma re-
alização humana plenificante.

***Irmãos de todos os homens,
no testemunho da caridade em
Cristo para com todos,
especialmente os mais pequeninos e
mais necessitados***

O próprio projeto de vida evangélica torna o irmão interiormente livre para a solidariedade universal na construção da comunhão entre os homens. A partir de sua convivência comunitária ele se dedica com todas as suas forças à realização da justiça e da paz numa sociedade ameaçada pelo individualismo e carente de verdadeiros valores éticos. Pelo seu ser, tanto a nível pessoal como comunitário, promove a inclusão de todos, dando preferência àqueles que se encontram em situação de risco: pobres, crianças abandonadas, os que vivem à margem das estruturas sociais e todos os excluídos para quem não há lugar à mesa social. Nesse seu empenho inspira-se, sempre de novo, em Jesus, que "passou pelo mundo fazendo o bem". Quer entrar nas pegadas do Jesus histórico, tornando-se, ele também, um irmão misericordioso, movido de compaixão, sendo um bom samaritano para todos que estão à beira da estrada, prostrados e sem esperança (cf. Lc 10,25-37). Assim, a prática da misericórdia torna-se o coração de seu seguimento do Senhor.

***Irmão para uma maior
fraternidade na Igreja***

O irmão religioso lembra a todos que ser-fraterno é a marca inconfundível do discípulo de Jesus: "todos vós

sois irmãos" (Mt 23,8). O fato de termos o mesmo Pai que enviou Jesus, seu Filho, para fazer de nós igualmente filhos de Deus, lança o fundamento da nossa fraternidade humana. Na Igreja o irmão é uma recordação viva de que a condição básica de todos os fiéis é sua inserção em Cristo e subsequente pertença ao Povo de Deus, alicerces da comunhão e da comum dignidade. Está aí "a raiz primeira que dá origem à nova condição do cristão no mistério da Igreja e constitui a sua mais profunda 'fisionomia', estando na base de todas as vocações e do dinamismo da vida cristã" (Exortação apostólica pós-sinodal *Christifideles Laici*, 30-12-1988, n. 9).

Construir a fraternidade eclesial deve ser uma paixão de todos nós pela razão de expressar uma dimensão absolutamente essencial da pessoa e da obra de Jesus. Efetivamente, o Senhor reuniu em torno de si um grupo de discípulos em pé de igualdade, embora sob tantos aspectos tão diferentes entre eles. Só Jesus é o Mestre e mesmo assim sempre remete ao Pai que o enviou e que - como Ele mesmo diz - é maior do que Ele (cf. Jo 14,28). E o próprio Cristo dá o exemplo que o mais importante na sua companhia é aquele que mais serve! (cf. Mt 23,11).

Fraternidade é *um projeto em construção* que pede engajamento, militância e garra evangélica. O irmão assume-o solenemente quando faz sua profissão religiosa. Com isso compromete-se radicalmente com o grande ideal do Reino que o Senhor confiou à sua Igreja (cf. LG, n.5).

Os votos, expressão pública desse seu de-

sejo de “trilhar os caminhos do Senhor”, singularizam o projeto da fraternidade universal em atitudes concretas que expressam valores essenciais do Reino de Deus:

- A castidade proporciona uma relação humana aberta, sem exclusivismos, que abraça a todos no amor de Cristo.
- A pobreza promove a partilha dos bens em todos os níveis para que a solidariedade entre os homens resulte em vida para todos.
- A obediência garante uma maior mobilidade para o serviço evangélico e sensibilidade (escuta) aos apelos do Espírito, interpretados pela Igreja e em sintonia com o carisma fundacional da Família Religiosa.

Concluindo: Ser irmão religioso, na Igreja hoje, constitui um inestimável dom

de Deus que deve ser acolhido com alegria e disposição interior. A vivência dessa vocação é fonte de realização pessoal pela riqueza espiritual que contém e igualmente pelos preciosos serviços que presta ao Evangelho, a partir do testemunho da caridade na realidade de cada dia (cf. VC, n.60b).

Que muitos jovens possam descobrir – olhando concretamente os Irmãos- religiosos – a beleza do chamado a esta vida consagrada no meio do Povo de Deus (a dimensão da laicidade), voltada à construção da fraternidade, prenúncio e sinal eficaz do advento do Reino.

Frater Henrique Cristiano José Matos – Doutor em Teologia – Presidente da Administração Superior e Professor do Centro de Estudos Filosóficos e Teológicos dos Religiosos, Instituto Santo Tomás de Aquino.

Endereço do autor:

Rua Anchieta, 646 – Pe. Eustáquio
30720-370 Belo Horizonte – MG

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1- Quais os motivos pelos quais a vocação do Religioso Irmão não é, muitas vezes, suficientemente valorizada na Igreja e na própria Vida Religiosa?
- 2- Quais os traços próprios da vocação do Religioso Irmão que mais chamam a sua atenção? Por que?
- 3- Como você e sua comunidade vêem a contribuição do Religioso Irmão para a vida e missão da Igreja?

“O próprio projeto de vida evangélica torna o irmão interiormente livre para a solidariedade universal na construção da comunhão entre os homens”

A eclesiologia do Concílio Vaticano II

Na celebração dos quarenta anos de conclusão do Concílio, ainda nos encontramos diante de grandes desafios quanto ao ser e à missão da Igreja

PAULO CÉSAR BARROS

1. O Papa João XXIII

Não se pode falar do Concílio Vaticano II sem se fazer referência a Ângelo Roncalli, o velho patriarca de Veneza escolhido em conclave para suceder o Papa Pio XII. Depois de um longo pontificado de um homem vindo do ambiente curial romano, os cardeais eleitores se decidem pela indicação de um pastor. Eleito bispo de Roma em outubro de 1958, Roncalli não era visto como um "reformista". Todavia, seu trabalho de vinte e sete anos no serviço diplomático da Santa Sé, exercido no Oriente e no Ocidente, e seu ministério episcopal de seis anos como Patriarca de Veneza, proporcionaram-lhe uma notável capacidade de empatia e uma aguda sensibilidade pastoral. Estas experiências, associadas a uma confiança irrestrita na vontade de Deus – sua divisa era, com efeito, *Oboedientia et Pax* –, foram decisivas em seu ministério pontifício, cujo empreendimento mais marcante foi, sem dúvida, a convocação e abertura dos trabalhos do Concílio Ecumênico Vaticano II. Tendo assumido a Cátedra de Pedro aos setenta e seis anos de idade, João XXIII chamava a atenção por suas atitudes inovadoras, marcadas pelo aproximar-se das pessoas, com gestos significativos: haja vista, por exemplo, suas visitas a cárceres de Roma. Seu passado de diplomata certamente o pre-

parou para entabular contatos com o "diferente", com o "alternativo", sem preconceitos nem temores.

2. Palco de embates teológicos

O Concílio Vaticano II pode ser descrito como um palco de embates teológicos, nos quais se fizeram presentes diversos temas eclesiológicos. Apesar de um documento conciliar – *Lumen gentium* – ter sido exclusivamente dedicado à Igreja, os temas eclesiológicos, ainda que de modo implícito, perpassam todos os textos conclusivos do Concílio.

A esmagadora maioria dos Padres conciliares chegou ao Concílio com uma eclesiologia de configuração "piramidal", ou seja, com uma imagem de Igreja segundo a qual no topo se encontra o Papa; abaixo, vêm os bispos e os presbíteros; em seguida, estão os religiosos; e na base, os leigos. Aliás, recorde-se que, no momento da convocação do Vaticano II, menos de um século havia transcorrido desde o encerramento do Concílio Vaticano I (precisamente em 1870), largamente conhecido pela proclamação dos dogmas da infalibilidade do magistério solene e do primado de jurisdição do Papa. Em consequência desta exacerbação do ministério petrino na Igreja católica romana – processo iniciado já no

pontificado de Gregório VII (eleito papa em 1073) –, faltava aos Padres conciliares no Vaticano II, na sua quase totalidade, uma visão clara do ministério do Bispo em sua respectiva diocese, bem como da colegialidade episcopal no conjunto da vida eclesial¹. Ora, teólogos peritos no Concílio, que reconheciam a necessidade de se mudar a concepção de Igreja, levaram boa parte dos Padres conciliares a perceberem a necessidade de se recuperar uma imagem de Igreja que, correspondendo à Tradição eclesial², pudesse situá-la num mundo totalmente diverso. Num curto espaço de tempo, da tumultuada conclusão do Concílio Vaticano I, em 1870, à década de 1960, o mundo passou por uma profunda transformação. A propósito disto, mencionem-se alguns poucos eventos: duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945), a Revolução Russa (1917), a guerra fria, o avanço científico-tecnológico, a busca de novos paradigmas de comportamento social, a libertação de colônias na África e na Ásia, a emancipação da mulher etc.

A partir do confronto de idéias correspondentes a diferentes modos de concepção da natureza e da missão da Igreja, foram urdidos os documentos conciliares, concebidos não sem vivas e acaloradas dis-

cussões, quer *in aula*, quer em grupos restritos de Padres conciliares e/ou peritos. Consistiu o Concílio, antes de tudo, numa experiência de busca em comum de uma melhor compreensão da natureza e da missão da Igreja, chamada a testemunhar a luz de Cristo entre os homens e mulheres de hoje. Haja vista a reação dos Padres frente aos primeiros esquemas propostos pela comissão teológica preparatória do Concílio. Tais esquemas iniciais, ainda marcados pela eclesiologia “piramidal” que teve seu coroamento no Vaticano I, foram francamente recusados pelos Padres reunidos em assembleia conciliar³, o que deu ensejo a que o Concílio propusesse uma eclesiologia mais “aberta”, ou seja, menos voltada aos aspectos institucionais da Igreja e mais atenta ao caráter “místico” (isto é, sacramental) da mesma. A contribuir na mudança de mentalidade entre os Padres, foi decisivo e meritório o trabalho de teólogos peritos no contexto da assembleia conciliar.

Foi de grande importância a liberdade dada pelo Papa João XXIII, e depois por seu sucessor, o Papa Paulo VI, aos Padres conciliares, para que estes tratassem, sem constrangimentos, dos temas suscitados no contexto das discussões na assembleia

¹ Ver, a propósito: Y. CONGAR, *Mon journal du Concile*, Paris: Cerf, 2002, v. I, p. 9.

² Cabe esclarecer o sentido, em eclesiologia, do substantivo “Tradição” e do adjetivo “tradicional”. Obviamente, estas palavras nada têm a ver com “tradicionalismo”, que traduz a *forma mentis* daqueles que resistem às mudanças e à revitalização das instituições. A Tradição eclesial confunde-se com a vida da própria Igreja, transmitida ininterruptamente, desde a era apostólica, ao longo dos séculos (cf. LG 20a; DV 8a). Encarna-se a Tradição nos mais diversos “monumentos” da vida eclesial: liturgia, testemunho dos santos (mártires, virgens, confessores), reflexão teológica dos Padres (= Pais) e/ou Doutores da Igreja, escolas de espiritualidade cristã etc. Por estranho que possa parecer, renovar a Igreja nada é senão buscar uma maior fidelidade à sua Tradição, pois somente na Tradição eclesial podem ser encontrados elementos que dão verdade, coerência e consistência a qualquer proposta de *aggiornamento* eclesial.

³ Cf. Y. CONGAR, *Mon journal du Concile*, v. I, p. 135.

conciliar. Ora, tal fórum de discussão que foi o Concílio tornou possível a promoção, entre os Padres e por eles mesmos, de uma verdadeira "cultura eclesial", o que lhes tornou possível uma nova visão de Igreja, menos jurídico-institucional e mais sacramental, menos preocupada com o traçar os caminhos da humanidade e mais atenta a se pôr a serviço da mesma. Numa palavra, menos preocupada consigo mesma e com seu prestígio diante dos homens, e mais atenta à sua vocação original de ser "sal da terra" e "luz do mundo" (cf. Mt 5,13s).

3. Conteúdos eclesiológicos

3.1. Estruturação de *Lumen gentium*

O Concílio Vaticano II promoveu uma verdadeira "revolução copernicana" na eclesiologia⁴. Percebe-se isto já na própria estruturação da constituição dogmática sobre a Igreja, precisamente quanto à disposição de seus três primeiros capítulos. Em *Lumen gentium*, inicia-se por tratar da Igreja como mistério (ou seja, sacramento) de comunhão e unidade de todo o gênero humano, o que se faz enquanto reflexo do Deus Trindade (cf. LG, cap. I)⁵; depois, apresenta-se a Igreja como Povo de Deus (cf. LG, cap. II); somente em seguida se discute a constituição hierárquica da Igreja, especialmente no que concerne ao episcopado (cf. LG, cap. III). Vê-se claramente que os Padres conciliares tiveram o cuidado de corrigir uma visão distorcida de Igreja, ainda profundamente arraigada entre os fiéis (ou entre o público em ge-

ral), a saber, aquela que consiste em confundir a Igreja com a hierarquia. Ora, na verdade, a Igreja é a comunidade de todos os convocados por Jesus para participarem de sua vida e testemunharem, no dinamismo do Espírito Santo, o amor de Deus pelos homens. Os ministérios do governo, do ensino e da santificação – atributos da hierarquia (cf. LG 20c) – existem em função do ser e da missão de toda a Igreja (cf. LG 18a, 24a, 27a-c); por isto, *Lumen gentium* trata antes da Igreja que é comunhão e que se sabe Povo de Deus, e só em seguida, explicita a função dos ministros ordenados, especialmente dos bispos. Ou seja, em *Lumen gentium*, a teologia da comunidade precede a teologia dos ministérios, fato que revela a opção, por parte dos Padres sinodais, pela tradicional⁶ categoria eclesiológica da comunhão na construção da eclesiologia conciliar.

3.2. Colegialidade episcopal

Em seu capítulo III, sobre o governo hierárquico da Igreja, *Lumen gentium* trata, em meio a tantos outros temas, da colegialidade episcopal. Neste aspecto particular, quis o Vaticano II completar o concílio que lhe foi imediatamente anterior (cf. LG 18b). O Vaticano I, com efeito, em consequência de uma difícil situação política da Europa de então (em 1870), não pudera discutir a contento a missão dos bispos na Igreja, que em comunhão com o Bispo de Roma, compõem o colégio episcopal. Ora, sobretudo para se garantir a unidade da Igreja, que é, afinal de contas,

⁴ Expressão cunhada por Yves Congar.

⁵ LG: CONCÍLIO VATICANO II, Constituição Dogmática *Lumen gentium*, sobre a Igreja.

⁶ Ver nota 2 acima.

comunhão de Igrejas particulares (isto é, de dioceses), o governo eclesiástico tem a forma colegial. Isto decorre do compromisso que assumem os bispos, quando da ordenação episcopal, de manifestar solicitude por todas as Igrejas, solicitude que, por sinal, não é responsabilidade exclusiva do Papa (cf. LG 23b, 23c). A teologia da colegialidade episcopal não pode ser entendida se se perde de vista a eclesiologia de comunhão que está à base de todo o Concílio Vaticano II (cf. LG 22a). Com efeito, o exercício da colegialidade não significa ingerência indevida de um bispo nos assuntos e interesses de outra Igreja particular que não lhe seja correspondente (cf. LG 23b), mas no zelo pelo bem e pela unidade da Igreja universal (cf. LG 19) mediante o governo colegial “da casa do Deus vivo” (LG 18b, 20b, 21b). Na verdade, cada bispo vive e pratica a colegialidade quando, antes de tudo, governa com desvelo a porção do Rebanho de Cristo que o tem como pastor (cf. LG 23b). A colegialidade é vivenciada precipuamente em momentos determinados (quando estão os bispos reunidos em concílio ecumênico; ou quando, dispersos por toda a terra, são convocados pelo Bispo de Roma em vista de um ato colegial) (cf. LG 22b); porém, é possível afirmar que ela se configura também como atmosfera de confiança e amor entre aqueles que, na Igreja, são marcados com o caráter episcopal e que, como tais, sempre em comunhão com o Bispo de Roma (cf. *ibid.*), sabem-se os primeiros responsáveis pela integridade de todo o tecido eclesial e pelo bem de todas as ovelhas de Cristo (cf. *ibid.*).

3.3. Conferências episcopais

Tema conexo ao da colegialidade é o das conferências episcopais. O Concílio Vaticano II estimulou o surgimento e o incremento de tais entidades, que reúnem bispos de um único país, ou de um determinado número de países limítrofes (cf. CD 37a)⁷. Em que pese o caráter universal da colegialidade, as conferências episcopais são, com efeito, instrumentos de exercício colegial por bispos que, enfrentando problemas pastorais específicos, buscam dar, conjuntamente, soluções a estes mesmos problemas (cf. LG 23d). Apóiam-se mutuamente, e desta forma, apresentam-se como exemplos para os presbíteros, diáconos e leigos, eles também chamados a praticar uma como que “colegialidade” análoga: orar e trabalhar em prol do bem de toda a Igreja, e a fazê-lo de modo concreto quer no âmbito de toda a diocese, quer no âmbito mais restrito da paróquia (quanto aos presbíteros: cf. LG 28a-e; sobre os diáconos: cf. LG 29a; com respeito aos leigos: cf. LG 32c, 37a.c-d).

3.4. Ecumenismo

Outro tema eclesiológico de singular importância, presente no Vaticano II, é o do ecumenismo. Além de ter sido redigido um decreto sobre o ecumenismo – *Unitatis redintegratio* –, a preocupação ecumênica faz-se sentir em praticamente todos os documentos conclusivos da assembléia conciliar. Seja-nos suficiente citar alguns elementos que apontam para a sensibilidade ecumênica do Concílio, perceptível em diversos textos.

⁷ CD: CONCÍLIO VATICANO II, Decreto *Christus Dominus*, sobre o múnus pastoral dos bispos na Igreja.

3.4.1. O Povo de Deus

No segundo capítulo de *Lumen gentium*, emerge a categoria "Povo de Deus" como privilegiada para se exprimir o mistério da Igreja. Trata-se, afinal, de uma categoria mediante a qual não se vê a Igreja restrita aos limites de uma "definição" rígida, de tal modo que ela se identifique com a Igreja católica romana. Com efeito, o Concílio afirma que a Igreja de Cristo "subsiste na Igreja católica governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em comunhão com ele" (LG 8b; cf. UR 4c)⁸. Os redatores do texto final de *Lumen gentium* escolheram o verbo "subsistir" justamente para traduzir o cuidado que tiveram os Padres conciliares em não identificar, pura e simplesmente, a Igreja de Cristo com a Igreja católica romana. Tratou-se aqui de uma "concessão" às demais Igrejas e Comunidades eclesiais, para que assim se facilitasse o diálogo ecumênico? É evidente que não. O Concílio reconhece que, fora dos limites institucionais da Igreja católica romana, há "vários elementos de santificação e verdade" (LG 8b). Ora, estes elementos devem ser respeitados e levados em conta nas conversações ecumênicas. Eles se mostram como verdadeiros pontos de interseção entre as Igrejas cristãs ora separadas, de tal modo que, a partir dos mesmos, possam se envidar esforços na busca da restauração da unidade visível da Igreja de Cristo.

3.4.2. Maria

Outra demonstração da sensibilidade ecumênica do Vaticano II, com significativo valor eclesiológico, foi a decisão de situar a figura de Maria Santíssima no oi-

tavo e último capítulo de *Lumen gentium*, ao invés de elaborar um documento exclusivo sobre Nossa Senhora. Maria é apresentada, na constituição dogmática sobre a Igreja, como tipo da Igreja e discípula fiel (cf. LG 53). Teriam os Padres conciliares minimizado o papel de Maria no plano da salvação? Não, certamente. Eles souberam, na verdade, corrigir os excessos de uma mariologia maximalista em campo estritamente católico-romano, relacionando Maria a Cristo (cf. LG 52, 57-59) e à Igreja (cf. LG 54, 60-65). Uma sã e equilibrada síntese mariológica sabe reconhecer Cristo como único mediador entre Deus e os homens, e perceber o *fiat* de Maria como resposta exemplar daqueles que são convocados a se integrarem no Povo de Deus. É de se notar a boa repercussão que teve esta decisão dos Padres conciliares na relação dos católicos com os protestantes.

3.5. Escatologia

Quando se trata da eclesiologia do Vaticano II, não se pode esquecer a preocupação que teve o Concílio de apresentar a Igreja na sua dimensão escatológica (cf. LG, cap. VII). A Igreja, enquanto germe e início do Reino de Deus (cf. LG 5b), é ainda uma "obra inacabada": ela peregrina pelas estradas deste mundo, entre sofrimentos e tentações, até à consumação dos tempos (cf. LG 48c-d). Ela não é o Reino de Deus, mas sinal e instrumento dele. Trata-se aqui de uma explicitação do mistério da Igreja, enquanto dinâmica de aperfeiçoamento e de crescimento gradual: tendo sua origem na Trindade santa, a Igreja busca na mesma Trindade o seu destino e repouso definitivos. Faz a tra-

⁸ UR: CONCÍLIO VATICANO II, Decreto *Unitatis redintegratio*, sobre o ecumenismo.

vessia deste mundo, sabendo-se originária da Comunhão divina, e destinada a se consumir nela (cf. LG 51b).

3.6. *Escritura e Tradição*

Na constituição dogmática sobre a divina revelação, *Dei Verbum*, é de suma importância a discussão da relação entre Tradição e Escritura (cf. DV 9)⁹, com suas naturais conseqüências eclesiológicas e ecumênicas. O primeiro esquema deste documento conciliar, submetido à discussão dos Padres, propunha que a revelação divina aos homens se faz a partir de duas fontes distintas: a Tradição e a Escritura. Ora, tal proposta foi veementemente rejeitada pelos Bispos em assembléia conciliar, pois trazia em si uma inaceitável dicotomia entre Tradição e Escritura. Chegou-se a uma posição de equilíbrio: tanto a Escritura, quanto a Tradição, devem ser situadas no horizonte da Igreja (cf. DV 10a), lugar da revelação do Deus que, em Jesus de Nazaré, fez-se Verbo encarnado a fim de comunicar o seu plano de redenção aos homens (cf. DV 7a). Ambas – Escritura e Tradição – estão a serviço da Palavra de Deus, são o seu veículo (cf. DV 9). Nestas discussões do Concílio, foi importante a distinção entre “Palavra de Deus”, “Escritura” e “Tradição”. Com efeito, a Escritura tem, na Igreja de Cristo, o status de “norma que regula” (*norma normans*) a vida eclesial; a Tradição, por seu turno, tem o caráter de “norma regulada” (*norma normata*) pela Escritura, e ambas constituem “um só sagrado depósito da Palavra de Deus” (DV 10a). Esta visão mais clara das concepções de Escritura e Tradição, bem

como da relação entre ambas, tem contribuído substancialmente para o progresso do diálogo protestante-católico.

3.7. *Sensus fidelium*

Mencione-se ainda a importância dada pelo Vaticano II ao *sensus fidelium*, uma das questões eclesiológicas mais delicadas e prementes. Não somente a hierarquia é banhada pelas luzes do Espírito Santo, de tal modo que a Igreja não se engane no ato de fé (cf. LG 12a). Todos os fiéis são animados pelo Espírito de Cristo na participação da vida eclesial, e assim eficazmente contribuem para o bem de todo o corpo eclesial e colaboram na obra da evangelização. O discernimento dos caminhos sugeridos pelo Espírito à Igreja e a decisão de andar por eles é, desta forma, compromisso de todos os fiéis, que o desempenham sob a guia dos pastores e com o auxílio daqueles que se dedicam à reflexão teológica (cf. DV 8b). Graças à presença amorosa do Espírito na Igreja, que é agente de comunhão e promotor de unidade, todos – membros da hierarquia e fiéis – são responsáveis pelo ser e pelo agir da Igreja no mundo. É evidente que tal percepção exige uma real mudança de paradigma eclesiológico, com as correspondentes alterações em termos de estatuto canônico: os leigos são – “de fato” e “de direito” – membros da Igreja de Cristo, e não meros “apêndices” ou “auxiliares” da hierarquia. O que está aqui em jogo é a própria revolução eclesiológica empreendida pelo Concílio: a passagem de uma concepção de Igreja como “sociedade perfeita” para aquela de “sacramento de comunhão”.

9 DV: CONCÍLIO VATICANO II, Constituição Dogmática *Dei Verbum*, sobre a revelação divina.

3.8. A Igreja e o mundo

Se *Lumen gentium* foi o documento conciliar que tratou da vocação, da natureza e da organização da Igreja, a constituição pastoral *Gaudium et spes* discute as relações entre a Igreja e o mundo. Enquanto mistério que aponta para um Deus comum (o Deus dos cristãos, ou seja, a Trindade Santa), a Igreja se apresenta ao mundo e no mundo na qualidade de *germe e início* do Reino de Deus (cf. LG 5b). Ela própria, convocada por Deus mediante as missões do Filho encarnado e do Espírito vivificador, se faz instrumento eficaz do convite que Deus dirige a todo homem e a toda mulher, para que se engajem no seu plano de amor. Ora, a inspiração inicial do Papa Roncalli foi justamente aquela de abrir as janelas da Igreja, para que ela se deixasse revitalizar pelo sopro do Espírito, bem como as suas portas, para que se possibilitasse o diálogo entre a Igreja e, respectivamente, os cristãos de outras confissões, as religiões não-cristãs e o mundo. Entende-se portanto a resistência que manifestaram os Padres conciliares ao projeto inicial da constituição dogmática sobre a Igreja, uma vez que a orientação desta proposta convergia na direção de uma configuração quase que exclusivamente jurídico-institucional da Igreja. Ora, para que pudesse pôr-se em atitude de diálogo, a Igreja não poderia apresentar-se com uma imagem por demais “definida” ou “rígida”. Isto teria significado uma traição à sua vocação? É evidente que não. É certo que a Igreja tem em si a Verdade que é o Cristo Senhor; porém, isto não a exime de perseverar na busca desta mesma Verdade, cuja revelação vai-

se dando ao longo da história (cf. DV 8b). Tal busca pertinaz da Verdade faz-se também com o concurso dos que estão fora da Igreja. Não se trata aqui de a Igreja dispor-se a assimilar conteúdos ambíguos, ou mesmo contrários ao Evangelho – o que seria um contra-senso! –, mas de se pôr em atitude de percepção e decifração dos “sinais dos tempos”, pois o Senhor manifesta seus sinais também através dos caminhos tortuosos da história.

De sua experiência diplomática, o Papa João XXIII certamente aprendeu a ouvir, a aceitar pontos de vista diferentes; daí, sua visão de Igreja como espaço de diálogo e de busca em comum da Verdade. Para o Papa Roncalli, o Concílio não deveria se posicionar *contra* o mundo, mas se pôr em diálogo *com* o mundo. Daí a perspectiva pastoral ter dominado a intenção do antigo patriarca de Veneza. Recorde-se que alguns Padres conciliares pressionavam para que a assembléia sinodal condenasse veementemente o comunismo, lançando contra ele anátemas e maldições. O Concílio, todavia, não seguiu por este caminho, o que evidentemente não significa que ele tenha se calado diante das doutrinas caracterizadas pelo materialismo, pelo ateísmo e pela negação da liberdade religiosa (cf. LG 36d).

4. Repercussões na Vida Religiosa

O Vaticano II pede explicitamente aos religiosos que se empenhem na reforma de seus respectivos institutos, para que estes “respondam com disponibilidade de espírito à sua vocação divina e à sua tarefa na Igreja de nossos tempos” (cf. PC 25)¹⁰. Pede

¹⁰ PC: CONCÍLIO VATICANO II, Decreto *Perfectae caritatis*, sobre a atualização dos religiosos.

que a vida religiosa se atualize, o que implica um “contínuo retorno às fontes de toda vida cristã” (PC 2a) tendo-se presente o ser e a prática da Igreja primitiva (cf. PC 15a). Para o Concílio, a renovação da vida religiosa não significa a adoção de comportamentos “da moda”, mas uma maior fidelidade à fé cristã transmitida pela Tradição eclesial. O princípio de comunhão deve orientar esta busca de renovação da vida religiosa, na medida em que todos os religiosos, em seus respectivos institutos, devem ser envolvidos (cf. PC 4a) e escutados (cf. PC 4b). Muitos e significativos passos já foram dados nesta direção, mas é necessário seguir adiante.

Ainda que lhes seja assegurado o direito de isenção da jurisdição do Bispo diocesano (cf. LG 45b), os religiosos devem prestar reverência e obediência aos Bispos nas suas respectivas Igrejas particulares (cf. *ibid.*); tal recomendação naturalmente está em coerência com o princípio da comunhão eclesial, que norteia toda a eclesiologia do Vaticano II. Ainda que a colegialidade em sentido estrito seja atributo do episcopado, o “espírito colegial” deve ser vivido, como que por analogia, também pelos religiosos, o que se traduz na busca perseverante e ininterrupta do bem de todo o corpo eclesial (cf. PC 1d, 2d, 2e, 5b, 6a), a se efetivar no serviço desprezioso à Igreja diocesana. Ademais, o aludido “espírito colegial” deve-se manifestar também do ponto de vista institucional, uma vez que o Concílio favorece a constituição, pela Santa Sé, de conferências ou conselhos de Superiores Maiores (cf. PC 23a).

O espírito de serviço cristão que norteia o magistério conciliar nos leva a considerar os religiosos não como uma “casta de privilegiados”, mas como servidores desin-

teressados do Evangelho (cf. Lc 17,10). Por sinal, já pertence ao passado a expressão designativa da vida religiosa como “estado de perfeição”. Mais: o Concílio corrige a visão ambígua da vida religiosa como “estado intermediário” entre o clero e o laicato (cf. LG 43b), o que traduzia uma certa situação de superioridade dos religiosos em relação aos leigos, numa questionável configuração “piramidal” da Igreja. Com efeito, a identidade do religioso constrói-se, deste modo, não como vocação “superior”, mas como vocação específica, que sabe estar em comunhão com os demais. Não por acaso o Concílio explicita que a vivência da vocação religiosa nada mais é do que a colheita de frutos da graça batismal (cf. LG 44a): ou seja, à origem e à base da vocação religiosa está o batismo, sacramento que marca a nova condição do até então catecúmeno, condição esta de pertença à Igreja. Isto significa pensar a vida religiosa no horizonte da Igreja (cf. PC 6c), e não como algo absurdamente fora dela ou que se pretenda superior a ela. Numa configuração de Igreja comunhão de servidores, não há lugar para privilégios, mas tão-somente para a simplicidade evangélica e a resposta solícita às necessidades de seus membros (cf. PC 24a).

5. Limites da eclesiologia do Vaticano II

Lumen gentium não deixa de apresentar algumas ambigüidades. Nela, vê-se a superposição de duas eclesiologias: uma, respectiva a uma Igreja de conformação jurídico-institucional; e outra, correspondente a uma Igreja mistério de comunhão. Tal coexistência de duas eclesiologias revela os esforços de harmonização que se

fizeram no Vaticano II entre duas tendências: a tendência da minoria dos Padres conciliares, que insistia na conservação de um modelo de Igreja desenhado sobretudo a partir do Concílio de Trento, e aquela da maioria, que via a necessidade de se elaborar uma concepção de Igreja de caráter menos jurídico e mais pastoral. Ora, um concílio não pode escapar a soluções de compromisso, como esta aqui mencionada. Os concílios contam com a assistência e a animação do Espírito Santo, mas não nos esqueçamos de que deles participam homens, com percepções da realidade condicionadas pelas mais diversas circunstâncias.

A eclesiologia de *Lumen gentium*, em razão do intuito que teve de explicitar a vida eclesial como mistério de comunhão, privilegia o conceito de Igreja universal, ainda que tenha dado oportunidade a que se colocasse a questão das Igrejas particulares. Entende-se tal procedimento, se se tem em mente a preocupação que teve o último Concílio de explicitar o múnus dos Bispos na Igreja, relacionando-o ao ministério do Bispo de Roma (cf. LG 20c, 22b, 24b, 25b; CD 2a-b). Desta forma, em *Lumen gentium* não se explicita satisfatoriamente a natureza das Igrejas particulares. Em todo caso, justiça seja feita: o tema das Igrejas particulares é tratado em outros documentos conciliares, tais como os decretos *Christus Dominus* (sobre o múnus pastoral dos Bispos na Igreja), *Orientalium ecclesiarum* (sobre as Igrejas orientais católicas) e *Ad gentes* (sobre a atividade missionária da Igreja). No conjunto da eclesiologia conciliar, a constituição dogmática *Lumen gentium*, tendo dado ênfase à Igreja universal, encontra nestes decretos conciliares o seu contrapeso.

Passados quarenta anos do término do Vaticano II, é comum hoje em dia criticar-se o tom talvez exageradamente otimista de *Gaudium et spes*, quando esta constituição pastoral se refere ao mundo. Por certo houve aqui uma reação decidida e vigorosa contra tendências de condenação do mundo por parte de alguns Padres conciliares, o que explica este modo quicá demasiado condescendente do Concílio ao tratar das realidades que nos rodeiam.

6. Desafios propostos pelo Concílio

O Concílio Vaticano II estendeu-se por quatro anos (1962-1965). Os desafios por ele propostos são grandes e inúmeros. Já passados quarenta anos de seu término, a acolhida de seu magistério ainda é uma tarefa que se nos impõe. Seus documentos são extensos e densos de conteúdo, o que significa que muito de seu ensinamento deve ainda ser assimilado e incorporado à vida eclesial. O Concílio deixou em aberto muitas questões, a serem estudadas e amadurecidas pelos teólogos. Exatamente porque de índole pastoral, a partir das sugestões dadas pelos Padres conciliares, há muito ainda por fazer em termos de animação pastoral de nossas comunidades eclesiais. Um concílio, por importante e sugestivo que possa ter sido, não tem o condão de solucionar todos os problemas pastorais-teológicos que tenha diagnosticado. Há portanto uma tarefa não pequena a ser feita, no que diz respeito à aplicação do Vaticano II e à solução dos problemas pastorais-teológicos trazidos à tona por ele.

A questão do pluralismo religioso ainda merece tratamento mais acurado. Questão ligada a esta é o da inculturação da fé, com a correspondente "des-europeização" do

cristianismo. Isto implicaria uma maior aceitação, por parte da Sé romana, de que não somente a liturgia pode ser inculturada, mas que também a reflexão teológica possa assumir contornos próprios em correspondência às índoles respectivas dos povos (cf. LG 23d). Isto não colocaria em risco a integridade do dogma de fé: pelo contrário, torná-lo-ia mais compreensível e assimilável. Ainda deveremos caminhar muito nesta direção.

Na perspectiva da eclesiologia de comunhão própria do Vaticano II, há ainda muito a ser feito quanto ao modo de a Igreja de Roma e as demais Igrejas particulares se relacionarem. O primado do Bispo de Roma, numa nova configuração eclesial, não deveria ser exercido menos como poder jurisdicional e mais como instância promotora de comunhão entre as Igrejas, como ocorria nos primeiros séculos da Igreja? A propósito disto, é justo reconhecer que as conferências de bispos não foram ainda satisfatoriamente consideradas como espaço válido de experiência da colegialidade episcopal, o que estaria em plena consonância com a prática eclesial antiga. Aqui se tenha em mente a prática sinodal das Igrejas locais antigas, ou particularmente, daquelas Igrejas que se encontravam sob jurisdição dos respectivos patriarcados (cf. LG 23d). Lamentavelmente, as conferências episcopais ainda estão tolhidas em sua liberdade de expressão e de tomada de decisões nos âmbitos que lhes concernem.

Na América Latina, deve-se ainda caminhar na direção da aplicação do Concílio Vaticano II à realidade que lhe é correspondente. Se Medellín e Puebla constituí-

ram avanços neste sentido, a Conferência de Santo Domingo, por sua parte, consistiu num deplorável recuo. O tema dos empobrecidos esteve presente na discussão dos Padres conciliares, mas não foi convenientemente assumido pelos textos conclusivos do Concílio. Todavia, a abertura da Igreja a um mundo que a ela se manifesta com "alegrias e esperanças, com tristezas e angústias" (cf. GS 1)¹¹, no âmbito especificamente latino-americano, não pode deixar de se concretizar como atenção e cuidado dos empobrecidos. A propósito disto, devem ser novamente propostas as CEBs como espaço de experiência fraterna e animação pastoral, para que os humildes sejam, eles próprios, na força da comunhão, agentes da acolhida da libertação proposta pelo Evangelho (cf. Lc 4,18). Como já se anuncia uma nova Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, é de se esperar que o tema dos empobrecidos ocupe lugar de destaque em sua pauta de discussões.

7. Uma tarefa que compete a todos nós

Quando da promulgação dos documentos do Vaticano II, alguns Padres conciliares se queixaram do gênero literário adotado. Desejavam que, como os concílios da Antigüidade e mesmo os mais recentes Concílios Ecumênicos, os textos do Vaticano II proclamassem condenações e anátemas, pois somente desta forma gozariam eles de autoridade jurídica. Um Concílio meramente "pastoral" – assim se pensava – que força legal teria? Ora, a opção da maioria dos Padres conciliares, em resposta ao desejo mais profundo do Papa João

¹¹ GS: CONCÍLIO VATICANO II, Constituição Pastoral *Gaudium et spes*, sobre a Igreja no mundo de hoje.

XXIII, foi exatamente aquela de propor textos positivos, que marcassem a abertura da Igreja em face do mundo e promovessem o diálogo entre ambos. Daí a sábia opção, na síntese eclesiológica do Concílio, pela recuperação da concepção mistérica da Igreja, fundamentada nas Escrituras e na Tradição (cf. LG, cap. I), em substituição a uma visão preponderantemente jurídico-institucional da mesma.

Outra queixa que se ouvia era quanto à extensão dos textos. Segundo alguns Padres conciliares, seria desejável que os textos fossem mais sintéticos, e não tão analíticos. Porém, quando se relêem os textos conciliares, apesar dos quarenta anos já passados desde sua promulgação, neles encontramos um rico conteúdo inspirador, quer para a criatividade teológica, quer para a formação do povo cristão. Mesmo suas lacunas e limites nos fazem refletir... O Concílio não quis ser um "ponto de chegada", mas um "ponto de partida". Cabe a nós – pastores e teólogos, formadores do clero e formadores dos fiéis – usufruir desta mina ainda não totalmente explorada. O Vaticano II foi um concílio longo e difícil:

seria justo não levar em conta todo este esforço, relegando suas conclusões ao esquecimento? Os textos do Vaticano II são atuais. Voltar aos textos do Concílio e insistir na recepção dos mesmos, por certo acabaria por dar novos frutos para a vida da Igreja de hoje. Uma releitura do Concílio que consista num exercício de "fidelidade criativa": eis uma tarefa com a qual devemos estar a braços.

Um novo pontificado se inicia. Como se sabe, Joseph Ratzinger contribuiu consideravelmente, na condição de teólogo perito, para o desenvolvimento das discussões entre os Padres conciliares e na composição dos textos conciliares¹². É de se esperar que neste pontificado o Concílio Vaticano II, passados quarenta anos de seu encerramento, seja frutuosamente revisitado, de tal modo que possamos nos alimentar de seu rico magistério em vista da ainda necessária reforma da Igreja, chamada a ser "sal da terra" e "luz do mundo" (cf. Mt 5,13s).

Endereço do autor:
Caixa Postal 5047
31611-970 Belo Horizonte – MG

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1- Como nós, religiosas/os, podemos proceder, a fim de que assimilamos – enquanto *indivíduos* e enquanto *comunidades religiosas* – a eclesiologia básica proposta pelo Concílio? (A eclesiologia básica do Concílio é aquela de comunhão de vocações e ministérios, para o serviço da humanidade).
- 2- Em que medida a sensibilidade ecumênica pode nos ajudar, enquanto católicos romanos, a colaborar na "correção" de certas falhas que percebemos em nossas comunidades eclesiais católicas?
- 3- Tendo em mente o anúncio de uma nova Conferência Geral do CELAM, que problemas da Igreja na América Latina e no Caribe poderiam (ou deveriam) ser prioritariamente discutidos e equacionados?

¹² Cf. Y. CONGAR, *Mon journal du Concile*, Paris: Cerf, 2002, v. II, pp. 355, 498.

A Vida Religiosa e o Fórum Social Mundial

JOSÉ COMBLIN

O Fórum Social Mundial de 2005 realizado em Porto Alegre teve por tema “outro mundo é possível”. Desta vez o propósito era elaborar algumas formas de estratégia para que pudesse nascer esse novo mundo possível. A documentação sobre o Fórum foi publicada em muitos órgãos de comunicação, e não é preciso lembrar aqui o que está ao alcance de todos. Queríamos apenas fazer algumas reflexões sobre a participação dos cristãos, e, mais especificamente, dos religiosos, neste projeto de novo mundo.

Em primeiro lugar, é preciso levar em conta a importância desses “Fórum Social Mundial”. São os primeiros sinais e os mais visíveis de um imenso movimento mundial. São a expressão do primeiro movimento social universal, que busca uma transformação social universal. É uma manifestação de um movimento social mais impressionante que o movimento de descolonização do Terceiro Mundo no século XX ou o movimento operário do século XIX. Toda a história do século XXI está em gestação nessas reuniões internacionais do Fórum Social Mundial.

Olhando a história

O movimento de articulação em contra do sistema social mundial, dominado pelo capital financeiro e pelas multinacionais cada vez mais concentradas, está crescendo, envolvendo pessoas de todos os países e de todas as condições sociais. O sistema neoliberal conquistou o mundo a partir da

década dos 80. Faz 25 anos que domina o mundo inteiro e provoca a famosa “nova pobreza” no mundo inteiro. Porém, agora, a consciência da humanidade está despertando. Durante 20 anos os pobres e os excluídos do mundo permaneceram inertes, paralisados, hipnotizados pela conquista arrasadora da economia neoliberal. Esta estava triunfando e frente aos seus gritos de vitória, ninguém tinha a coragem de dizer alguma coisa.

A Igreja ignorou o movimento republicano e democrático do século XVIII. Nada entendeu das revoluções liberais do século XIX. Fez oposição à independência das nações americanas. Ignorou o movimento social da classe operária e a profunda miséria dos operários no século XIX e ainda no século XX. Carlos Marx publicou o *Manifesto do partido comunista* em 1848 e a primeira reação católica foi a *Rerum Novarum* publicada em 1891. Assim mesmo ela não foi aceita pela imensa maioria dos católicos, e grande parte da hierarquia e do clero fez o possível para que não fosse conhecida. Depois de Leão XIII veio Pio X que condenou sem piedade os sacerdotes e os militantes sociais que defendiam a causa dos operários, e fez aliança com os partidos da burguesia.

E, depois disso, muitos disseram: a Igreja perdeu a classe operária. Não a perdeu, mas a abandonou na hora da sua maior miséria. Além disso, durante 100 anos, a Igreja condenou o socialismo em todas as suas

formas. O momento culminante da ignorância da questão social foi a condenação dos padres-operários na França: última bofetada administrada à classe operária. Agora, acham estranho que os católicos da Europa se afastem do clero e das paróquias.

E agora?

E agora, a Igreja vai perder de novo o trem da história? Vai permanecer indiferente ao mais formidável movimento social que vai fazer a história do século XXI? Os primeiros sinais não autorizam muita esperança. Até o presente momento o silêncio da Igreja é impressionante.

A Igreja vai de novo fechar os olhos e preocupar-se pelo seu próprio sem se preocupar pela sorte da humanidade? O grande perigo, a grande tentação vai ser que a Igreja se dedique ao marketing para recuperar as suas posições de poder na sociedade e passe ao lado da miséria do mundo, fazendo como o sacerdote da parábola e deixando para os Samaritanos a ajuda aos novos pobres.

A Igreja continuará indiferente à humanidade real? Tratará de salvar a sua boa consciência publicando algumas declarações sentimentais e alguns documentos lacrimogêneos sobre a pobreza? Renovará o que foi a sua política desde o século XVIII: ignorar o que estava acontecendo no mundo, como se tudo isso fosse obra do diabo?

De novo, estamos diante de um grande desafio que é "o acontecimento" do século. Vamos deixar passar a história de novo sem ver nada e lamentando depois que a humanidade se afasta da Igreja?

Infelizmente o Conclave não nos consola muito. Não parece que esta situação do mundo tenha sido levada em conta na eleição de um novo Papa. A primeira im-

pressão é que prevaleceram razões da vida interna da Igreja. A Igreja fica obcecada pelos seus problemas internos e não enxerga o que está acontecendo no mundo dos seres humanos. Nas primeiras manifestações do novo pontificado também não há nada que diga respeito ao grande drama do mundo atual, a esse imenso sofrimento e a essa imensa luta de bilhões de seres humanos contra um triunfante poder opressor. A Igreja vai se dedicar a descobrir e extirpar as "heresias", preocupar-se pela falta de disciplina de tantos católicos? Vai escolher de novo bispos sem cor, sem sabor e sem olor, que não sabem o que está acontecendo no mundo fora dos muros da cúria diocesana?

E a Vida Religiosa?

Falamos da Igreja. Agora chegamos aos religiosos. Vamos supor que a hierarquia, seguida pelo clero, continue fiel à aliança tradicional com os poderes estabelecidos, poder do rei de Espanha e Portugal, poder do Imperador, dos latifundiários e das classes conservadoras, da nova burguesia financeira e industrial e cultural, poder do governo Bush para consolidar a moral tradicional. Vamos supor que esta seja a política seguida no novo pontificado. Não se trata de uma hipótese de fantasia, pois há vários sinais de continuísmo. Então, o que farão os religiosos?

Os religiosos foram os grandes sacrificados do pontificado de João Paulo II. Este nunca lhes deu nenhum sinal de confiança e nunca quis valorizá-los. Pelo contrário a intervenção na Companhia de Jesus foi uma advertência para todos os Institutos religiosos para que não se atrevessem a seguir uma geopolítica diferente da geopolítica romana.

O Papa desconfiava dos religiosos e confiava nos novos movimentos como o Opus Dei, os Legionários de Cristo, os Focolarinos, os néocatecumenais, etc. Estes eram, para ele, os verdadeiros agentes da nova evangelização. Os religiosos eram sempre um pouco suspeitos. Eles que tinham feito voto de obediência, eram suspeitos de desobediência. É bem possível que esta situação persevere, e que, ainda agora, os religiosos sejam os "mal-amados" do pontificado.

Os religiosos tiveram muitas vezes uma reação ambígua. Por um lado, eles se sentiam os filhos e as filhas rejeitados pelo pai, o que lhes dava uma profunda aflição, que procuravam esconder para que ninguém soubesse do seu mal. Então procuravam agradecer, mas não conseguiam vencer o preconceito. Ficavam mais aflitos ainda e sem saber que rumo adotar. Então assumiam compromissos no meio da miséria do mundo, mas de modo discreto, mais retraído do que antes, mais semi-compromissos do que compromissos totais e com o cuidado de manter sempre as aparências de uma total submissão. Por outro lado, em consciência, sabiam que deviam entrar no mundo, comprometer-se com os seus contemporâneos, abrir os olhos e aceitar o que os seus olhos enxergavam. Não podiam, mas alguns (nem todos) procuravam um compromisso apesar da resistência da instituição que se sentia ameaçada pela hierarquia.

Os religiosos poderiam adotar a pastoral dominante, aquela que agrada às autoridades: uma pastoral das vocações para aumentar o poder da instituição. Se eles se dedicam à caça às vocações, somente encontrarão felicitações. Estarão de parabéns.

Porém, existe o desafio da humanidade atual, o desafio da imensa massa humana

excluída. É fácil não enxergar. É fácil contentar-se com as declarações chorosas dos chefes da ditadura econômica mundial: os discursos de amor dos líderes mundiais reunidos anualmente em Davos. Estes sabem fazer discursos bonitos, pois têm bons secretários para isso; sabem chorar lágrimas de amor, estão tão preocupados pelos pobres. Mas continuam fabricando pobres aos milhões, apesar dessas mentiras que a mídia divulga sem cessar.

O advogado argentino Mignone, defensor dos direitos humanos narra como um dia teve uma conversa com um bispo argentino. Perguntou-lhe porque os bispos argentinos não levantavam a voz para denunciar os desaparecimentos, as torturas, as mortes. O bispo respondeu que eles perguntavam aos generais se havia mortos, desaparecidos, torturados. Os generais diziam que não havia desaparecidos e que eram pessoas que foram passear na Europa, que não havia torturas nem mortes e que jamais as Forças Armadas tinham cometido tais crimes. Então os bispos acreditaram nas declarações dos generais. Mas Mignone insistiu perguntando: "mas os senhores não tinham suspeita? Não podiam buscar outras fontes de informações para tomar a palavra? Então o bispo respondeu: "Isso seria romper com as Forças Armadas". Salvo 4, os bispos argentinos não queriam romper com as Forças Armadas e por isso foram cúmplices de 30.000 crimes de morte (pessoas jogadas de avião no mar) e de dezenas de milhares de torturados. Quase todos os bispos, e na frente deles o núncio apostólico estreitamente associado ao pior dos membros da junta militar, atualmente prefeito de uma importante congregação em Roma foram cúmplices.

E agora? O problema será também não romper com a dominação econômica, com o FMI, com o Banco Mundial, com as grandes multinacionais? Seria também guardar silêncio para não romper com esses poderes que praticam os seus crimes de modo muito mais escondido, mas igualmente cruel?

Em Porto Alegre não se ouviu a palavra, nem se viu a presença da Igreja de Porto Alegre. Com certeza, a diocese tinha assuntos muito mais importantes para tratar.

Onde estava a CNBB? Havia alguns bispos, mas sem nenhum mandato. Isso não é importante para a CNBB. Isto me lembra um episódio que sempre me marcou muito. Em 1917 quando Lênin tomava o palácio de Inverno, o palácio imperial, e tomando o poder dava início ao que ia ser o processo de toda a história do século XX, os bispos da Igreja russa estavam justamente reunidos a poucos metros de lá. Estavam discutindo algumas rubricas da liturgia. Estaremos na mesma situação? O mundo define o seu rumo e nós discutimos as últimas instruções da congregação dos sacramentos?

Tentações da Vida Religiosa

Havia religiosos em Porto Alegre, talvez menos do que se podia esperar num momento tão importante da história. Não basta uma presença de observadores. Depois de Porto Alegre, o que? Podem cair na mesma tentação que seduz a hierarquia e o clero, a tentação de "não romper"?

Outra tentação dos religiosos seria querer prolongar a sobrevivência da cristandade. Seria acreditar que os "nossos" compromissos sociais consistem nas "nossas obras". Com "as nossas obras",

nos tomariamamos parte na luta de libertação do mundo.

"As nossas obras" são resíduos da cristandade, quando os cristãos pensavam que podiam sozinhos responder a todas as necessidades da sociedade. Juntando todas "as nossas obras" de todos os institutos religiosos, a resposta seria dada a todas as necessidades.

Ora, "as nossas obras" podem demubar o sistema dominante de hoje e criar novas estruturas para um novo mundo? Em primeiro lugar, elas atingem uma pequena proporção da população. Em segundo lugar uma parte importante dessas obras está a serviço dos privilegiados e não prepara de modo algum outra sociedade.

Como explicar que o MST foi o primeiro movimento que criou uma Universidade popular e que "as nossas obras" nunca pensaram nisso? Os leitores poderão descobrir outros fatos surpreendentes semelhantes a este.

É um risco. Toda participação na imensa luta social de hoje é um risco. Não podemos saber tudo o que pode acontecer. Porém, porque os religiosos seriam os únicos que não podem assumir um risco? Os votos religiosos excluiriãam todos os riscos? E a vida religiosa seria uma garantia de segurança até o final da vida?

Parece que devia ser o contrário e que os religiosos deviam justamente lançar-se em operações de risco e de maior risco. O voto de castidade, qual é o seu sentido? Não é que Deus daria um valor especial à virgindade, como se fosse um sacrifício agradável e que a frustração sexual fosse justamente um sacrifício que daria satisfação a Deus. Ele gostaria de corpos intactos. Mas, então, porque teria criado homens e mulheres? Porém, S. Paulo explica muito bem que não estar casado é condição de liberdade para o

apóstolo. Quem tem família deve cuidar de família o que limita muito a sua liberdade. A virgindade não tem valor em si; o que tem valor, é a liberdade.

O voto de pobreza seria obstáculo ao risco? Não seria justamente o que permite lançar-se no risco sem medo? E o voto de obediência? Se Deus manda uma pessoa para os combates desta vida, para a salvação de uma imensa massa humana excluída, a tarefa dos superiores seria opor-se à vontade de Deus e impedir que religiosos ou religiosas se comprometessem no risco? A tarefa dos superiores não seria justamente lançar os seus súditos no risco, vencendo a timidez e a resistência que procedem da fraqueza humana? Se o superior envia um religioso para o risco, o religioso sente-se mais seguro.

Construir hoje uma sociedade nova

Buscar hoje em dia uma nova sociedade é com certeza o maior desafio que a humanidade tenha encontrado até hoje na sua história. Trata-se de refazer uma sociedade humana a partir de um sistema de dominação, que conquistou praticamente todos os países do mundo, e que consegue não somente dirigir os corpos, mas também os espíritos. A dominação das mentes por meio do moderno sistema de comunicação consegue manipular o pensamento, as emoções, os desejos, as aspirações dos povos.

O desafio é tão grave, tão profundo que muitos preferem nem pensar nisso porque é algo que supera as forças humanas. Na realidade, ninguém pode imaginar tudo o que implicaria um processo de emancipação do aparelho complexo que nos oprime.

Não se conhece nenhuma estratégia to-

tal transformação. O caminho terá que ser descoberto na caminhada. Porém desde já há muitos movimentos que estão em atividade. Há milhares de associações e de movimentos no mundo que estão lutando para derrubar as forças dominantes e para inventar e preparar novas estruturas sociais. Nos últimos 6 anos (a partir de Seattle em 1999), a voz dos povos oprimidos começa a ressoar com cada vez mais força. Será que nós vamos ouvir ou tapar os ouvidos?

Se o sistema de dominação tivesse uma força absoluta, nenhuma luta poderia derrubá-lo. Porém, o sistema não tem essa firmeza. Ele tem as suas fraquezas; as suas divisões internas, e comete erros, como tudo o que é humano. Muitos dos seus dirigentes começam a ter dúvidas, a sentir-se menos seguros. Eles vão lutar ainda com energia, mas sem essa convicção entusiasmada que tinham nos anos 80 e 90. Já não propõem o sistema neoliberal como o advento do messianismo. Já não se atrevem agora a celebrar esta sociedade que eles próprios criaram e da qual prometiam que seria a solução de todos os problemas.

Nesta hora da história sabemos agora que nenhuma solução se encontrará por meio do sistema político chamado democrático que está instalado em todos os países por influência do sistema dominante. Esse modelo político é feito para impedir mudanças e consolidar o sistema estabelecido. Será preciso criar outro modelo de sociedade política. Mas não sabemos qual será o novo modelo. Somente sabemos que será um modelo que permite que as massas humanas expressem a sua vontade e não sejam sempre enganadas pelos partidos políticos que conseguiram recolher os seus votos.

Esses votos são irrisionários porque os eleitores fazem exatamente o contrário daquilo que prometeram aos eleitores. Será preciso instalar outros canais pelos quais os cidadãos poderão impor a sua vontade e os seus representantes terão que ser portadores da mensagem entregue pelos seus eleitores.

O que está acontecendo na Venezuela constitui um indício da evolução futura da América latina. O que acontece no Equador ou na Bolívia o confirma. Numa primeira etapa, os povos vão rejeitar o sistema dito democrático que os engana, e irão buscar a salvação em líderes populares. Por sinal, na América Latina, todas as reformas foram feitas por pessoas carismáticas que não atuaram de modo chamado “democrático”. Nunca um congresso votou uma lei favorável aos pobres. O sistema democrático sempre favoreceu os ricos. Por isso muitas reações vão acontecer que não podemos prever. Com toda certeza a calma atual não vai durar. Teremos que enfrentar situações novas, que para a Igreja constituem um risco.

Em casos de convulsões políticas, a Igreja estará na frente das elites ricas e corruptas da nação como na Venezuela? Estará preocupada exclusivamente pelos seus interesses institucionais? Onde estarão os católicos? O fato da atual abstenção ou indiferença aos movimentos mundiais não permite pensar que os católicos terão muita eficácia na evolução da sociedade.

De novo a Vida Religiosa

Voltemos ao desafio dos religiosos e das religiosas. As mulheres poderiam ter muito mais peso se quisessem. Se quisessem entrar nas lutas sociais e nos novos movimentos sociais poderiam ter uma presença

forte que influiria na hora em que detinham as novas estruturas. Se todos os Institutos femininos fossem semelhantes às religiosas de Notre Dame de Namur dos Estados Unidos – a elas pertencia a irmã Dorothy Stang assassinada no Pará –, muita coisa poderia mudar. As mulheres não devem necessariamente permanecer sempre na sombra dos homens. Se querem, podem ter um papel social preponderante. Podem ser mais independentes do que os homens, já que elas não têm a ordenação sacerdotal, que é, para muitos religiosos homens, uma verdadeira prisão.

A luta é infinitamente complexa porque se estende a todos os aspetos da vida em tantos países diferentes pela religião, pela cultura, pela história e pela geografia. No momento é impossível pensar numa organização mundial juntando as milhares de associações que lutam contra a dominação mundial. No momento, há e haverá cada vez mais muitas associações que em lugares muito diversos e com poucas conexões trabalham para o mesmo fim: mudar a sociedade de dominação e construir uma sociedade mais fraterna, solidária e igualitária.

Se os católicos querem agir sozinhos, não conseguirão nada. Não terão nem criatividade, nem ousadia, nem capacidade de risco. Muitas inspirações já chegaram. Muitas iniciativas surgiram. Não podemos pensar que nós vamos inventar a estratégia. Buscaremos todos juntos. Os religiosos têm muito mais liberdade para entrar em colaboração com outros. Os sacerdotes são preparados para trabalhar no recinto das paróquias, não para se meter no meio do mundo. Os religiosos não têm essas cadeias. Podem andar livremente no meio do

mundo e colaborar com todos os movimentos de boa vontade que buscam o mesmo fim, uma nova sociedade.

Haveria um lugar privilegiado para os religiosos? Haveria dentro do movimento global alguns setores em que a sua presença seria mais desejável? Com certeza, há um lugar que é o mundo dos pobres.

A mudança não virá pela iniciativa nem do FMI, nem do Banco Mundial, nem da OMC, nem das multinacionais, nem do governo norte-americano. A mudança virá pela pressão e pelas iniciativas do mundo dos pobres.

Está cada vez mais prevalecendo a idéia de que o futuro da economia deve ser buscado a nível local e regional, e que será necessário descentralizar. Será necessário criar empresas em que os participantes tenham voz ativa, empresas que respondam às necessidades locais e não somente ao comércio mundial. Seriam empresas de tipo cooperativista ou de co-gestão ou de parceria com os poderes locais. Porém tudo isso supõe uma imensa tarefa de educação popular em todos os sentidos. Os pobres de hoje não estão preparados para assumirem uma participação responsável mesmo em pequenas empresas.

Se os pobres não adquirem uma mentalidade de cidadãos, se não recebem a formação técnica adequada, não poderão ser membros ativos de uma empresa democrática. Tal formação de cidadão precisa de um fundamento religioso. Sem motivação religiosa profunda as massas populares não se mobilizam. Evangelizar os pobres inclui fazer deles pessoas livres e responsáveis, que encontram a sua felicidade nas responsabilidades que assumem. Ali há um campo imenso aberto para os religiosos e as religiosas.

Se os pobres não mudam, se não se libertam pessoalmente, se vivem na dependência do medo, da ignorância, da falta de esperança, da falta de sentimento de dignidade, se são vítimas das drogas, do álcool, da falta de educação, nada poderá acontecer e nada mudará.

Se os movimentos forem exclusivamente de intelectuais, de classe média, de pessoas que já estão integradas, os pobres permanecerão fora do movimento e fora dos resultados, fora da nova sociedade. Os pobres, pela sua passividade, são os maiores defensores do sistema de dominação. Estão sendo expulsos da sociedade de consumo, do trabalho, da educação, mas sustentam os que os maltratam. Trata-se de que tomem consciência da sua dignidade de pessoa humana.

Os pobres estão totalmente desconcertados porque não podem entender o que está sucedendo: por que estão sendo excluídos? porque não acham trabalho? por que os políticos eleitos por eles sempre os enganam? Inclusive, em muitos casos, por que o vigário não fala? O que lhes falta é firmeza na esperança, é o apoio de uma pessoa forte que lhes permite crer na sua própria força.

Não é fácil trabalhar com os pobres. É tremendamente difícil. Pois, os pobres e os movimentos sociais que procuram uní-los, conhecem todos os defeitos da natureza humana. Estão divididos e neles sempre há rivalidades de lideranças. Há dirigentes que estão aí para fazer uma carreira pessoal. Há pessoas que acham no movimento uma forma de poder, ou preferem que outros façam e se cansem. Há inclusive tesoureiros que roubam o dinheiro da associação. Tudo isso existe. Mas tudo estaria melhor

se houvesse no meio deles religiosos ou religiosas. Estes e estas poderiam agir sem nenhum interesse pessoal, com paciência infinita, como agentes de paz, união e reconciliação, como fontes permanentes de esperança, renovadores das energias humanas. Poderiam mostrar como é possível viver como mulher ou como homem.

Dentro dos movimentos populares, os religiosos e as religiosas teriam oportunidades para praticar todas as virtudes humanas e cristãs. Poderiam acumular méritos sem medida. Hoje em dia, a vida tranqüila nas comunidades não constitui nenhum desafio importante. As pessoas caem facilmente numa mediocridade por falta de oportunidades. Não são desafiadas.

Há religiosos e religiosas que estão metidos e metidas nessas associações, no meio da sociedade e dos seus males. São os religiosos e as religiosas mais felizes, porque têm a vida mais dura.

A experiência mostra também que a presença de uma religiosa ou de um religioso pode modificar todo o ambiente. Pode ser um sinal que desperta as melhores energias que as pessoas ignoravam. De repente pessoas descobrem que tinham energias que desconheciam. Não sabiam que eram capazes de tanto.

Quando há um cataclismo, uma enchente, um terremoto, um maremoto, as energias se mobilizam, as pessoas ultrapassam os seus limites. Mas a mesma mobilização pode suceder quando aparece uma pessoa cheia de vitalidade, de esperança e de fé.

Não vai acontecer nada se não se produz essa mobilização das energias. Em tempos de guerra, aparecem virtudes desconhecidas, formas de paciência, resistência e perseverança como uma vontade forte de vi-

ver. Por que isso não acontece em tempo de paz? Poderia acontecer se quiséssemos.

A modo de conclusão

Na idade média entre o século VI e o século XII, os monges reconstruíram na Europa devastada uma nova sociedade organizada. Foram centenas de mosteiros. Organizaram a paz, renovaram a agricultura, o artesanato, a pecuária, a piscicultura, souberam usar a energia da água e do vento. Não acharam que nada disso fosse algo incompatível com a sua vocação. Pelo contrário, achavam que tudo isso estava incluído na sua vocação.

Hoje em dia, há um desafio diferente, mas semelhante em vários aspetos. Trata-se também de refazer uma sociedade que foi quase totalmente dominada e desintegrada pelo triunfo do sistema financeiro que destruiu todos os outros valores. Trata-se de refazer uma convivência humana em torno de valores humanos em lugar de submeter os trabalhadores à acumulação de capital e excluir do trabalho todos os inúteis. "Ora et labora" dizia S.Bento, fundador desse movimento monástico. Orar e trabalhar. O tempo que não é reservado para a oração, pertence ao trabalho. Um monge nunca pode ficar parado sem fazer nada. Também podemos dizer que um religioso não pode ficar parado: ora ou trabalha. E trabalha em que? Trabalha para refazer uma sociedade humana em que haja lugar para todos.

A diferença é esta: hoje em dia os monges não estão sozinhos para assumirem toda a tarefa. Há muitas outras pessoas que estão metidas no mesmo trabalho. Há um lugar também para eles. Jesus não disse: "Vocês são o sal da terra"? Se o sal cai fora dos alimentos, não serve para nada. O sal

deve estar bem no meio dos alimentos, bem misturado. Desta maneira pode cumprir a sua função de sal. Se fica num pacote, não serve para nada. Nós temos muito sal empacotado, que não serve, porque não penetra nos alimentos.

Não se espera dos religiosos que descubram as soluções, mas apenas que cumpram a sua função de sal, ou de fermento na massa. Superar a cristandade, é entrar em colaboração com os grandes movimentos humanos que buscam uma nova humanidade, porque os cristãos têm uma mensagem fundamental para todos os que estão empenhados nessa obra.

Não se deve temer que os cristãos percam a sua identidade no meio dos homens e das mulheres que lutam por um mundo novo. A identidade cristã é justamente a sua capacidade de estar presente em todas as culturas, todas as diversidades humanas. A identidade cristã é a sua abertura a todos os seres humanos e todas as sociedades humanas. Ser cristão não é ser de um povo determinado, é de não ser de nenhum porque é de todos. Quem procurar a sua identidade em coisas humanas que são cul-

turais, históricas, vai perder a sua identidade. A identidade cristã é não ter identidade e estar no meio de todas as identidades. Quem perder a sua identidade, vai ganhar a verdadeira identidade cristã.

Os religiosos gostam de falar do seu carisma. O seu carisma não consiste em repetir indefinidamente o que o seu instituto fez no começo. Seria um carisma morto, uma aparência de carisma, sem capacidade de iluminação para os tempos presentes. O seu carisma não virá do céu. Não será objeto de uma revelação. O seu carisma não se expressa em forma de teoria ou de doutrina, mas em forma de atos. O seu carisma aparecerá uma vez que estejam metidos no meio deste mundo. Ali o Espírito Santo lhes revelará o que é o seu carisma, um carisma para os tempos de hoje, um carisma que é ação no mundo. Quem procura o seu carisma no passado, somente encontrará cinzas. Quem o procura no meio da humanidade o encontrará.

Endereço do autor:
Rua Rosinaldo Santana, 900
58308-650 - Bayeux - PB

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1- Por que a Vida Religiosa corre hoje o risco de perder o *trem da história*?
- 2- Por que se pode afirmar que buscar hoje em dia uma nova sociedade é o desafio maior para a humanidade?
- 3- Escolha dois outros desafios que o texto apresenta, para debater em comunidade.

A Campanha ecumênica da Fraternidade de 2005 relembrou-nos mais uma vez a grave questão da paz. Causa que envolve a todos nós. No momento atual de pós-modernidade há enorme descrédito das utopias e de grandes projetos. Prefere-se ficar com os pequenos sonhos. A Vida Consagrada tem-se preocupado como falar aos jovens de hoje a fim de despertá-los para causas maiores. Talvez esteja aqui um tema capaz de mover-lhes o ânimo.

A expressão paz contém não pequena ambigüidade. Dela falam nações beligerantes e causadoras de guerra, como a Administração Bush, a ONU, empresários, enquanto, ao mesmo tempo, pesquisam e produzem armas mortíferas em quantidade ou aprovam intervenções bélicas.

Uma primeira palavra volta-se contra toda e qualquer guerra. Aí está uma causa clara e sem rebuços para os jovens. Os adultos a planejam e os jovens morrem. Por amor à própria vida, só existe um rotundo NÃO diante da guerra. Em termos éticos, têm-se direito de invocar a "objeção de consciência" e uma legítima "desobediência civil" para não ir à guerra. Infelizmente muitos se deixam arrastar pelos instintos violentos de sua idade ou esperam retribuições monetárias substanciais. Por elas arriscam a vida.

A perspectiva positiva soa: que paz construiremos? Este será o tema central dessa reflexão. O sujeito da frase é o jovem. Em vista dele se pensarão as respostas.

I. A construção da paz consigo

No início da cultura ocidental está o dito "conhece-te a ti mesmo", escrito no lintel do templo de Delfos, cidade da antiga Grécia nas encostas do monte Parnaso. Este é o início da sabedoria dos antigos. Só por meio desse conhecimento o ser humano constrói a paz consigo mesmo.

Mas que guerras são essas dentro de nós que necessitam ser apaziguadas? O sábio já se interrogara: "Não é uma corvéia a vida do homem sobre a terra? Não são os seus dias como os de um mercenário" (Jó 7,1)? O termo da vulgata latina – militia – reflete precisamente essa concepção de guerra, enquanto o original hebraico fala de um trabalho forçado. Entretanto, em ambos os casos existe um inimigo, seja no combate como na imposição da corvéia. Na 2ª Guerra Mundial, o trabalho forçado transformara-se também numa punição aos derrotados ou prisioneiros de guerra. Permanece na metáfora da vida humana o toque de combate. Este se trava no interior de cada pessoa à espera da paz.

A psicologia profunda tem trabalhado muito esse campo de batalha. Aí está o inconsciente povoado de fixações da infância que se reforçam com outras experiências acumuladas. Mecanismos interiores desencadeiam medos que bloqueiam a criatividade, a alegria de viver. Assim jovens em idade sentem-se cansados por lutas intestinas.

Mesmo sem entrar nalgum processo analítico, a mera observação de si mesmo per-

mite perceber essas estruturas rígidas do passado que desencadeiam batalhas interiores no presente. Três sintomas simples denunciam tal presença.

A experiência diária ensina-nos que há uma proporção entre causa e efeito. Se uma bola é lançada a enorme altura, procuramos imediatamente que força poderosa a impulsionou. Ninguém imaginaria que fosse o braço de uma criancinha, mas os músculos de um atleta. No mundo psíquico deveria funcionar a mesma lei da natureza. No entanto, acontece que diante de um fato pequeno, como um olhar de menoscabo, uma palavra solta, nos sentimos muito feridos. Não há proporção entre o efeito e a causa. Logo deve haver outra causa além do olhar ou da palavra. Lá no fundo de nosso interior existe uma ferida escondida, que se abriu com esse pequeno gesto e doeu para além do ato presente. Ferida passada, guardada e toda vez que é tocada, segrega dor.

Mais: percebemos que um desejo, bem espontâneo, anterior à nossa reflexão, quase automaticamente, nos leva à ação. Quando nos damos conta já agimos. Por contrariar o que realmente queremos ser, sofremos com tal ação. Prometemo-nos não repeti-la. E eis que uma, duas, dez, *n* vezes a fazemos. A repetitividade leva-nos a crer que estamos diante de uma dessas estruturas rígidas, que se cristalizaram no passado e que nos perturbam no presente. Dependendo do grau e gravidade da ação que sob tal impulso praticamos, cabe iniciar um processo analítico. Do contrário, na paciên-

cia conosco, na simplicidade de pôr-nos diante de Deus nessa fraqueza, conseguimos conviver ou mesmo ir lentamente desfazendo tal mecanismo. Dizer-nos repetidas vezes que não é isso que queremos e que tal impulso vem do passado já nos ajuda a uma atitude mais serena.

Relacionada com essa repetitividade está a percepção de ser um mecanismo bem arraigado e que não se desfaz facilmente. Sua rigidez aponta para uma origem diferente da ação presente. Precisamente essa cristalização permite-nos deixar mais tranqüilos diante de Deus. Aquilo, que parecia ser uma derrota, pode transformar-se num momento de entrega.

Esses três sintomas – desproporção, repetitividade, rigidez – remetem a uma causa mais profunda, inconsciente, que tem sua fonte no passado¹. E sob essa perspectiva deve ser encarada a luta interior. Parafraseando uma expressão de João Paulo II, toca-nos fazer uma “purificação da memória” do passado.

A Escritura nos lança luzes para interpretarmos tal realidade à luz da ação de Deus. O apóstolo Paulo relata-nos experiência semelhante. “Não entendo absolutamente o que eu faço: pois não faço aquilo que quero, mas aquilo que mais detesto” (Rm 7,15). Este não entender mostra que a pulsão vem de um mundo para além da razão e sim do inconsciente. Não dispondo de nenhum recurso da psicologia profunda, atribui-o sem mais ao pecado que mora nele, já que faz aquilo que contraria a lei. “E, se faço o que não quero, reconheço que a Lei é boa. Mas

¹ Escritos de maneira simples e não científica, ainda julgo válidas as reflexões de O. Muller que trabalhou esses combates interiores no nível inconsciente. O. Muller, *Obstáculos para uma autêntica experiência de Deus na Vida Religiosa*, CRB, Rio, 1974; ver também uma série de artigos do mesmo autor em *Grande Sinal*, dezembro de 1971; abril e novembro de 1973; maio de 1974.

então não sou eu que faço e sim o pecado que mora em mim. Sei que em mim, isto é, na minha carne, não mora o bem: pois querer o bem está em mim, mas não sou capaz de fazê-lo. Não faço o bem que quero e sim o mal que não quero. Se faço o que não quero, já não sou eu que faço e sim o pecado que mora em mim. Por conseguinte encontro em mim esta lei: quando quero fazer o bem é o mal que se encontra em mim. No íntimo de meu ser amo a lei de Deus. Mas sinto nos membros outra lei que luta contra a lei do espírito e me prende à lei do pecado que está nos meus membros. Infeliz de mim! Quem me livrará deste corpo de morte?" (Rm 7,16-24).

Relendo esse texto à luz desse conflito interior, percebemos esse combate que travamos entre o inconsciente e a posterior tomada de consciência de que fizemos. Diante de tantas derrotas, tenta-nos o desânimo. Com certa impaciência, Paulo suplica três vezes ao Senhor que afastasse dele essa luta com o profundo de si. Recebe na sua consciência a resposta do Senhor: "Basta minha graça porque é na fraqueza que a força chega à perfeição" (2Cor 12,9). Relacionando tal sofrimento interior com as graças especiais que recebera em revelações, conclui com fé e confiança que tal fraqueza lhe impedia de envaidecer-se e orgulhar-se. Acrescenta com coragem: "Prefiro gloriar-me das minhas fraquezas para que habite em mim a força de Cristo. Eis por que sinto alegria nas fraquezas, nas afrontas, nas necessidades, nas perseguições, no profundo desgosto sofrido por amor de Cristo. Pois quando me sinto fraco, então é que sou forte" (2Cor 12, 9-10).

E donde vem a paz interior? Não advirá, como desejaríamos, com o cessar

do combate, mas pela confiança na bondade e misericórdia de Deus. É uma paz bem mais profunda. Não se radica em nossas vitórias, que são passageiras e intermitentes, mas na inabalável ternura de Deus Pai.

Os campos de batalha do interior aumentam na sociedade atual pelo crescimento do medo. Outro tema fundamental para a paz consigo. O medo entra por todos os lados. Associa-se a um fator real e a outro virtual. Ele nasce da crescente violência física. Um rápido mapa mostra a sua extensão. A violência selvagem rompe nas explosões de paixões, associadas, indômitas, espontâneas ou patológicas de ódio, ciúme. Nas esquinas vêem-se e ouvem-se discussões, brigas até ao assassinato. Os jornais enchem-se de manchetes de agressões sexuais, de algazarras decorrentes de jogo e bebedeiras. Não faltam desde o quebra-quebra artesanal até formas programadas de terrorismo, banditismo, vandalismo juvenil, atentados, seqüestros, fanatismos de torcidas, convulsões de massa. Essas são as violências que entram pelos olhos e nos amedrontam.

No mundo virtual, a violência não é menos expressiva. Carecemos de estatísticas domésticas. Temos alguns dados dos EUA que certamente valem para nossa realidade, se é que aqui não são mais elevados ainda. A mídia americana numa semana em 15 a 23 horas de transmissão exibiu 113 punhaladas, 92 ferimentos, 168 surras, 9 estrangulamentos, 179 outros atos, sem falar dos programas de rádio, dos desenhos animados, dos filmes policiais que ressam violência. A violência se faz universal. Por ela nos invade o medo que nos tira a paz interior.

Já menos que em outros tempos, ainda existem os pregadores religiosos que en-

chem os sermões com ameaças de castigos de Deus, com práticas repressivas, proibições, censuras, punições e controles. Mais um fator de medo.

Essa realidade social com a lente de aumento da sensibilidade e insuflada pela mídia tem destruído a paz interior de muita gente. Mais uma vez, a paz do coração vem por meio do movimento de controle da fantasia e de confiança na vida, em Deus. Se nos deixarmos levar por essa paúra, dentro em breve não nos moveremos. Cabe um trabalho interior de pacificação e exercício explícito de pôr-nos nos braços de Deus.

Falta paz dentro de nós porque os desejos se agitam. Apossa-se de nós uma exigência crescente e incontida de buscar a felicidade e de gozar das coisas, pessoas, situações ao máximo: consumismo, sexo, droga, álcool. Criamos expectativas irreais de uma felicidade só existente nas propagandas e nos filmes de amizades coloridas.

Impõe-se uma demanda cultural de que devemos gozar sem limites e sempre. Certas pessoas mentem nas palavras, nos gestos, nos sorrisos artificiais, mostrando sentir prazer e gozo, quando não o sentem. Imitam as artistas de filmes e novelas que gemem de prazer na artificialidade teatral.

De onde vem a paz? De uma pedagogia do desejo. Consiste em conjugar uma série de conhecimentos. Os desejos realizam-nos quando correspondem à nossa real existência. Essa se alicerça na natureza herdada, cromossômica, biológica. Forçá-la a longo prazo paga-se forte tributo de frustração. Essa base vai-se modificando em contacto dinâmico com o meio familiar, escolar, social, cultural. E dentro desse pro-

cesso histórico se fazem conaturais os desejos. Quando, porém, fatores propagandísticos enchem as pessoas de expectativas fora do mundo até então vivido, acontecem desequilíbrios e desmedidas nas buscas.

Outra bússola para os desejos é a ética. Ela não cai feita do céu, mas se aprende na educação, no convívio cultural. Existe uma educação para a ética que se inicia desde a infância². A ética estatui parâmetros para os desejos. Incumbe ao educador atender para essa dimensão na vida dos jovens.

Nem sempre a persuasão alcança esse objetivo. Intervém a necessidade de estabelecer limite. O ideal é que o jovem o estabeleça a si mesmo. Outras vezes algum adulto, pai ou mestre, amigo ou responsável, deverá fazê-lo. O limite traz o desejo para a realidade, evitando a desmedida.

No fundo, está em jogo nessa paz interior o exercício da liberdade. A educação da e para a liberdade constitui-se uma das tarefas mais difíceis, embora seja a última fonte da paz pessoal. Os dois extremos frustram. Demitir-se de assumir a liberdade responsável, entregando-a a outro a quem se submete em espírito servil ou exercê-la na irresponsabilidade movida pelos ímpetos da paixão desmesurada. A pedagogia traz o jovem para o meio termo de uma liberdade limitada, mas liberdade; de uma limitação livre, mas limitação.

O jovem é transcendência. Mantém uma relação que se estende para além das realidades que o cercam. Essa experiência nem sempre é, à primeira vista, fonte de paz, antes de inquietude. Santo Agostinho, jovem ardente, sentia o coração inquieto até que ele descansasse em Deus. Ele encontrou

² F. Savater, *Ética para meu filho*, São Paulo: Martins Fontes, 2^a1996.

esse Deus em quem descansou. Quando, porém, o jovem não sabe identificar a experiência nem a presença de Deus, permanece sob o acicate da inquietação. Abre-se aí o espaço para a pedagogia espiritual, que os padres gregos chamavam de “mistagogia” – introdução ao mistério de Deus.

A culpa azeda a paz. Gera mal-estar difuso. Lança raízes no inconsciente e se nutre de falhas presentes. Sana-se na sua última fonte, não simplesmente por uma terapia nem por um contínuo desculpar-se nem por recalque, mas por meio do perdão. Perdoar a si mesmo é mais que alijar para longe a memória da falta, mas encontrar um amor maior que acolhe, que ele mesmo perdoa. No imenso perdão de Deus temos direito de nos perdoar. E assim a paz se estabelece no interior.

2. Paz com os outros

Guerreamos mais com os outros de que nos damos conta. Essa guerra tem muitos nomes: inveja, ciúme, exploração, abuso, dominação, imposição da própria vontade. Trágica ladainha. Nos lábios ressoam vozes como amor, solidariedade, fraternidade. Na realidade, vigem sentimentos e práticas opostas.

Onde está a raiz dessa guerra? Em nós e no outro. Em nós, porque nos faltam a paz interior, a auto-segurança, a pedagogia do desejo, o conhecimento do limite. Está aí todo o parágrafo anterior como base dessa paz.

Do lado do outro, a antropologia cultural encontra lá nos inícios da cultura suas raízes. O outro é uma ameaça na sua diferença, na misteriosa alteridade de sua liberdade. Sentimo-nos tranqüilos, quando dominamos completamente a situação. O

outro escapa desse controle absoluto. Ele esconde um mistério indesvendável.

Na história das religiões, interpreta-se a saudação “adeus” como uma forma de exorcismo. Ao ir pelo caminho, encontra-se um estranho. Que fazer? Acolhê-lo? E se ele nutre maus propósitos contra? Então há uma solução. Expulsar dele qualquer maldade oculta com o apelo “a Deus”. Assume, portanto, tal expressão esse significado de expulsão de todo mal: saudação de encontro e não de despedida.

A raiz do medo, a atitude inconsciente de defesa vem, por conseguinte, do desconhecimento que se tem dos segredos ocultos no outro. A transparência absoluta entre as pessoas não existe.

Há guerras sutis. A sedução, de um lado, e a paixão enganada, do outro, travam uma batalha de vencedor e vencido de antemão. Na linguagem popular se diz: engane-me, porque quero ser enganado. Santo Agostinho, em profunda análise do espírito humano mundano, diz que “o mundo quer ser enganado”. A sedução exerce força de fascínio. Ela bate fundo no outro. Toca-lhe vibras interiores sensíveis. Arrasta-o para si, deixando-o prisioneiro. O sedutor é, muitas vezes, autocentrado, consciente ou não. E faz os outros orbitarem em torno de si. Nisso consiste seu prazer. É uma guerra bem diferente. E os sóis menores, que giram em volta dele, capitulam antes de combater. Para arrancarem-se dessa órbita sofrem. Necessitam de força que nem sempre possuem. Daí o sofrimento da derrota antes de guerrear.

E a paz como chega? Não há outro caminho a não ser o reencontro com a própria liberdade. Nela está a fonte da ruptura e o início da paz. Quanto mais natural e

menos traumática for a cisão, mais a paz será serena e rápida.

Menos inocente por parte do seduzido está a guerra da sabujice. Essa inverte o papel dos combatentes. Quem ataca não é o sedutor, mas o subserviente, o sabujo, o adulator. Aproxima-se do outro, do poder, para derrotá-lo na batalha fina do jogo dos elogios, dos sorrisos complacentes, do olhar mendicante do menor sinal de apoio do poder. Faz lembrar a comparação do salmo, já não aplicada a Deus, mas ao senhor terrestre no sentido literal: "Como os olhos dos servos estão fitos nas mãos dos seus senhores, e os olhos da serva, na mão de sua senhora, assim os nossos olhos estão fitos no SENHOR, nosso Deus, até que se compadeça de nós" (Sl 123,2).

Essas pessoas não vivem em paz. Sofrem muito. Ao menor sinal de desagrado do senhor, assomam-se-lhe a tristeza, a frustração de terem sido rejeitadas. Nada dói tanto como a rejeição. Para evitá-la as pessoas se aviltam na mendicância até mesmo de um simples olhar.

E a paz de onde vem? Da verdade de si em relação ao outro. A amizade funda-se na liberdade e não na sedução nem na submissão e menos ainda na bajulação. As relações afetivas se tecem pelo que somos e não pelo que aparentamos. A aparência esvai-se mais cedo ou mais tarde e permanece a verdade de si. Só no encontro de liberdades se constrói a paz. Toda relação deturpada na base é conflituosa, é uma guerra interna. E a paz se resolve no momento em que se assume o risco de ser livre. A liberdade é a realidade mais realizante do ser humano.

Os lugares de encontro com o outro para os jovens se dão fundamentalmente na fa-

mília, na escola e nos grupos de jovens. Em todos eles, vivem entre a guerra e a paz. Na família, as dores se fazem mais frequentes, maiores e conflituosas. Lugar das grandes alegrias e das não menores frustrações. As modificações estruturais por que passam as famílias na sociedade moderna respondem por grande parte desses problemas, alguns deles doravante inevitáveis. De uma família patriarcal, centrada no trabalho do homem e no cuidado interno da mulher, passou-se para a família nuclear em que ambos os cônjuges trabalham, vivem bom tempo fora de casa, mantêm relacionamentos diferenciados independentes, em grande parte, por conta da vida profissional. O desamparo fere a muitas crianças e jovens. Sem perceber tal fonte, compensam-no com esfuziante atividade acadêmica e esportiva.

Ao diminuir o tempo de convívio, aparentemente poder-se-ia sofrer menor taxa de conflito. No entanto, as lutas submergem-se na interioridade das pessoas e quando vêm à tona, trazem carga pesada pelo recalque e explodem em combates. **E a paz donde vem?** Do cuidado do relacionamento. Se se perde em tempo, algo inexorável, que se ganhe em qualidade e intensidade. Assim cada encontro familiar possível seja cultivado com o máximo de carinho.

A escola tem-se tornado ultimamente foco de violência. Nela tem acontecido, não uma guerra metafórica, mas real até ao uso de armas de fogo. Houve escolas que tiveram de introduzir detector de metal para evitar que os jovens entrassem armados. Em íntima ligação com essa violência, está o tráfico de droga. Esse tem destruído as relações entre jovens, grupos de jovens até crimes bárbaros.

O capítulo da droga nos levaria longe. Durante a Campanha da Fraternidade "Vida sim, drogas não!"³, escreveu-se muito sobre tal tema ou se divulgaram obras importantes⁴. Sem um trabalho nesse campo, não voltará a paz a muitas escolas e entre grupos de jovens.

A guerra invadiu também o esporte. Deixou de ser para muitos um lugar do lazer, para tornar-se uma praça de guerra. Sem falar das torcidas organizadas que chegaram a loucuras assassinas, o final de certos clássicos do futebol se transformou num campo de batalha. Troca-se o espírito lúdico, altamente humanizante e pacificador, pela disputa contenciosa de rivalidades irreconciliáveis.

E de onde vem a paz? Pela redescoberta do "homo ludens", do gozo do jogo como expressão de humanidade, de festa, de alegria. É questão cultural e de educação. A mídia cumpre papel relevante para os dois lados, ou provocando e acirrando as oposições ou serenando os ânimos para o sentido da diversão.

3. Paz na Sociedade

Aqui se travam as piores guerras e pluri-rais. A discriminação racial tem sido fator de violência ou se tem camuflado sob formas sutis. Mas sempre guerra. Tão falsa é a razão da superioridade racial quanto a existência de raças puras. Mesmo os países, que se querem vangloriar de pureza racial, são verdadeiro cadinho de muitas raças. O geneticista Newton Freire-Maia afirma

apodicticamente que "não há raças puras. Todas as raças são heterogêneas pela própria dinâmica do mecanismo hereditário e pelas miscigenações sucessivas sofridas durante séculos e milênios"⁵. Só existe uma humanidade. "A rigor, e sob o ponto de vista estritamente científico, no entanto, o conceito de "raça pura" simplesmente não tem sentido". E sobre essa gigantesca mentira, que Hitler contou para os alemães durante o regime nazista, se construíram teorias e práticas de guerra. **E donde vem a paz?** Da verdade genética e da origem única da humanidade do processo evolutivo nascido no *Big Bang* dos dedos de Deus, como o homem de Michelangelo da Capela Sistina.

Da raça ao dinheiro. Entramos na fonte maior de todas as guerras. Eclode algum conflito, logo se pergunta: que interesses econômicos o provocaram? Os pretextos podem ser muitos. Mas o econômico seguramente joga papel relevante. A indústria armamentista mobiliza bilhões de dólares. Ela não se alimenta da paz, mas da guerra. Necessita testar as armas, gastá-las, renová-las. Como fazer isso sem guerras? Se as guerras mundiais se tornaram muito perigosas para a sobrevivência da humanidade, criaram-se as regionais. Essas se multiplicam, sem falar de uma guerra surda nas cidades, nos conflitos de terra, entre gangues.

Em estrita conexão com o elemento econômico, está o político. As guerras são fundamentalmente político-econômicas. O dinheiro vai à frente e por detrás vêm as decisões políticas dos governos, secundando os

³ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil: Vida sim, drogas não! Manual, São Paulo: Salesianas, 2001.

⁴ Vale a pena conferir o livro: G. Sissa, O prazer e o mal: filosofia da droga, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

⁵ N. Freire-Maia, Brasil: laboratório racial. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 29.

gigantescos jogos econômicos. As nações declaram guerras. Invadem outros países. Mobilizam exércitos em função daqueles interesses que a maioria dos que sofrem a guerra, seja carregando-a nos próprios armamentos, seja morrendo sob ataques, desconhece. Os poderosos sabem defender-se. Raramente a guerra os atinge, enquanto a juventude e bairros desprotegidos se tomam alvo fácil.

De onde vem a paz? Da justiça social, de uma denúncia rotunda e sem rodeios de toda e qualquer guerra. Paulo VI discursou na ONU. Em um dos parágrafos diz: "O sangue de milhões de homens e inúmeros e inauditos sofrimentos, massacres inúteis e terríveis ruínas sancionam o pacto que vos une, com um juramento que deve mudar a história futura do mundo: não mais a guerra, não mais! A paz, a paz deve guiar os destinos dos povos e de toda a humanidade!" Na mesma linha, João Paulo II discursou na Praça São Francisco em Assis no dia 24.01.2002: "Vimos juntos a Assis, em peregrinação de paz. Estamos aqui, qual representantes de várias religiões para interrogar-nos diante de Deus, sobre o nosso empenho pela paz, para pedir a Ele esse dom, para testemunhar o nosso comum anseio de um mundo mais justo e solidário". "Nos momentos de mais intensa apreensão pela sorte do mundo, se percebe com maior clareza, o dever de se empenhar pessoalmente na defesa e na promoção do bem fundamental da paz". "As pessoas e as comunidades religiosas não podem deixar de manifestar o mais nítido e radical repúdio à violência, de toda violência, a partir daquela que pretende se mascarar de religiosidade, fazendo apelo ao sacrossanto nome de Deus para ofender o homem. A ofensa ao homem é, definitivamente, ofensa a Deus. Não existe finalidade religiosa que possa justificar a prá-

tica da violência do homem sobre o homem". "Nunca mais a violência! Nunca mais a guerra! Nunca mais o terrorismo! Em nome de Deus, que toda religião traga sobre a terra, Justiça e Paz, Perdão e Vida, Amor!" "Com todas as nossas diversidades, nós nos sentamos ao redor desta mesa, unidos no compromisso pela paz. Tal compromisso, nascido da sincera religiosidade, é, certamente, o que Deus espera de nós. É o que o mundo busca nas pessoas religiosas. Esse compromisso é a esperança que podemos oferecer neste momento especial. Deus nos conceda sermos humildes e eficazes instrumentos de Sua paz!"

Se a doutrina tradicional da Igreja até então aceitava a guerra justa e a guerra defensiva, hoje rejeita toda e qualquer guerra. Tal mudança vem desde os ensinamentos de João XXIII e foi reforçada por João Paulo II. Esse é o primeiro passo para a paz: uma mobilização mundial por todos os meios para abolir qualquer espécie de guerra em qualquer parte do mundo. Tolerância zero para a guerra.

Existe a terrível guerra cultural. O documento de Puebla percebeu-o muito bem ao denunciar a agressão cultural sofrida por nossa cultura. "Destroem-se valores pertencentes à antiga e rica tradição do nosso povo" (n. 52). Estão ameaçadas as próprias raízes da cultura latino-americana pela importação de uma cultura de massa, predominantemente fabricada nos EUA (n. 418). Já naquela época se sentia, o que hoje se tornou muito mais expressivo, o conjunto heterogêneo de influências de ideologias seculares e de religiões estranhas a nossa tradição.

Por trás dessa guerra, Puebla aponta o monopólio da informação, tanto por parte de governos como de grupos privados, manipulando as mensagens de acordo com

interesses setoriais. Vê maior gravidade no manejo da informação por empresas transnacionais produzindo uma erradicação da cultura autóctone (1071s).

De onde vem a paz? O cultivo e cuidado com os valores, as tradições, as expressões artísticas nacionais defendem o povo dessa invasão bárbara dos ditos civilizados de hoje. O respeito às autonomias nacionais, a defesa dos direitos humanos em sua amplitude criam as condições de paz cultural. A juventude tem sido a maior vítima da invasão cultural americana. Sofre de triste mimetismo que termina por esvaziá-la de sua identidade nacional, vestindo-se de trajes estranhos.

Dentro do mundo cultural, há uma faixa religiosa belicosa. São os fundamentalismos que atravessam todas as religiões. Eles se pautam por um rigorismo no cumprimento exato da letra do livro sagrado, esquecendo-se, como Jesus tantas vezes recordou aos fariseus, do espírito. As religiões monoteístas são acusadas de fomentar a guerra. De fato, o Antigo Testamento conheceu momentos de extrema violência sobre os povos dominados. Mas, por outro lado, ele contém rica tradição de paz.

O termo hebraico shalom – paz – exprime uma realidade completa, o ser inteiro, intacto, num sentido dinâmico. Significa a soma de todos os bens, a perfeição, uma condição à qual não falta nada. Tornou-se para o judeu uma saudação carregada dos melhores desejos. Sobretudo shalom é dádiva de Javé que promete uma vida feliz, abundante, com prosperidade material e espiritual ao indivíduo e à comunidade e sobretudo ao povo de Israel, em cujo centro está Jerusalém – cidade da paz.

Viver em paz implica estar em harmo-

nia consigo, com os outros, com a natureza e com Deus. É bênção, repouso, glória, riqueza, salvação, vida. Tão sublime são os desejos de paz em Israel que só a realidade escatológica a realiza. Por isso os textos que falam dela exageram ao máximo os bens da Terra, como para indicar para meio entendedor que isso não se realiza aqui, mas para além da história.

Abre-se assim o horizonte para o Novo Testamento, que identifica o “Príncipe da paz” de Isaías (Is 9,5s) com o Messias. Jesus é a paz. Chama os construtores da paz de felizes, filhos de Deus (Mt 5,9). Apresenta-se na figura de um rei pacífico. Deixa-nos a sua paz que vem da união com ele. O mundo, enquanto conjunto das forças do mal, não a dá nem a realiza. É dom dele. É fruto do Espírito (Rm 8,6).

A tarefa da juventude

É muito pouco falar de simples ausência de guerra. Paulo VI disse que o novo nome da paz é desenvolvimento. João Paulo II a chamou de justiça social. Podemos, em termos de América Latina, chamá-la de libertação dos pobres.

Parafraseando uma das teses fundamentais de L. Boff, o grito pela paz é o grito dos pobres e o grito da Terra. A paz é fruto da ordem estabelecida pelo Criador para a sociedade humana a ser realizada pelos homens no duplo movimento de reestruturação social em vista dos povos e de mudança de paradigma de desenvolvimento, de civilização.

O Ocidente se pensou a partir de uma razão, de um sujeito que domina a natureza e os povos mais fracos. Essa é a grande odisséia a que assistimos até hoje. Aproximando-nos de um colapso de toda vida, humana e do Planeta Terra, impõe radical mudança de rota.

Aqui soa a palavra "conversão" no sentido bem etimológico. Caminhamos na direção da industrialização, da produção de massa, da urbanização desvairada, da poluição sem controle, da exploração do solo até sua exaustão ou refeito unicamente pela via química. O consumismo sem limite e expropriação dos recursos não renováveis é gigantesca ameaça para toda a vida.

A direção tem de ser outra. Cabe dar uma quinada no volante da nave que nos conduz à colisão pior que a do *Titanic*. Ela se chama cuidado, atenção, sobriedade, respeito às pessoas e a tudo que existe. Ninguém melhor que o jovem para sensibilizar-se por tal causa. Não basta entusiasmar-se com uma eco-tecnologia, que respeita a natureza, que lhe permite a recuperação e revitalização, embora seja necessária e relevante. Nem tampouco é suficiente um Ministério do Meio Ambiente bem pilotado com excelente eco-política, evitando as loucuras do passado, as bravatas de políticos inconscientes, obras faraônicas à custa da beleza e pureza da natureza.

A tarefa é mais séria. Está em questão o modelo de desenvolvimento sustentável. Mais ainda o tipo de racionalidade que o sustenta. O império da razão instrumental privilegia a eficiência, a competência, a relação meio e fins, custos, sem perguntar por valores éticos como a beleza, o respeito à vida, a sacralidade do criado. A mudança deve descer até o mais profundo de nossa mente e coração. Verdadeira ecologia do coração. E no coração necessita des-

cobrir a experiência mística da vida. Deus é vida. A vida vem de Deus, irradia a Deus. Encontrar-se com ela, é tocar o início de tudo. No princípio está a vida. E a vida estava em Deus e vida era Deus, assim poderíamos ler o prólogo de João.

A responsabilidade é de todos, mas, de modo especial, daqueles que, sem ela, estarão ainda mais ameaçados: os jovens. Enquanto discurso, tudo isso é muito bonito. Mas tal conversão acarreta exigências concretas de mudança de comportamento. O teor de vida que a pequena elite do Ocidente vive não é universalizável. Só continua possível à custa de milhões e milhões de excluídos, desprovidos. E carrega também uma real ameaça para essa mesma minoria, embora a uma distância maior. As mortes dos pobres acontecem já. Catástrofe maior anuncia-se.

Três passos finais. Uma utopia, movimento e uma empiria. A utopia é a vida em sua amplitude. Os movimentos sociais se organizam num duplo tempo: combate a toda destruição da vida e propostas de novas alternativas. Para que tudo isso não se perca no vazio, vem a transposição da utopia e do movimento para o mundo concreto dos projetos, políticas e estratégias. Só assim se construirá a paz em toda sua amplitude.

J. B. Libanio, Teólogo. Professor de Teologia no Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus de Belo-Horizonte. Assessoria teológica em nível nacional e internacional. Várias obras publicadas.

Endereço do autor:

Caixa Postal 5047

31611-970 Belo Horizonte - MG

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1- Que conceito de paz resulta da leitura do artigo?
- 2- Que experiência de paz e guerra viví no mundo pessoal, comunitário e pastoral?
- 3- Que práticas novas de paz me são possíveis construir nos três níveis pessoal, comunitário e social?

Des-centrando a formação

Cooperação entre formadores e psicólogos na formação

ELIANA MASSIH

O presente estudo nutriu-se dos encontros de reflexão para formadores e psicólogos acontecidos a partir de maio de 2003 em São Paulo. Nesta primeira oportunidade, promovida pela OSIB, formadores e psicólogos iniciaram uma conversa bastante frutífera em torno da utopia de um processo formativo que atenda aos desafios de um mundo de aceleradas mudanças. Processo este que deseja levar em conta o passado e o futuro para construir um presente sólido e gestante de conceitos que aprimorarão as conquistas da instituição formativa ao longo dos tempos e, igualmente, colocarão um final ao que se tornou arcaico e ineficaz.

Desde então, realizamos vários outros encontros de reflexão¹ que permitiram organizar as idéias e aprofundar o estudo mais sobre o que se entende por formação religiosa hoje. A experiência direta de terapeutas do ITA com os formandos e formadores bem como a presença comprometida do grupo de reflexão composto de formadores/as das Dioceses e das congregações, psicólogos/as e psicopedagogos/as do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, muito contribuíram para a construção das idéias que aqui registramos.

I - A formação a partir do olhar do psicólogo

Desde o momento em que a Igreja passa a incluir o saber das ciências para aprimorar a compreensão e o acompanhamento de seus vocacionados e membros ativos, algo muito sério começa a acontecer. E não se trata apenas de escutar o que estas pessoas dizem, é muito mais, é o início da aprendizagem do diálogo entre a instituição, seus membros, os elementos de fora que interferem diretamente como usuários dos serviços e a sociedade em mudança que influi de forma visível e invisível na escolha vocacional e na preparação que se dá aos futuros representantes desta mesma instituição. Este diálogo plural inclui a presença do psicólogo e precisa de normas de conduta para que se processe de modo a respeitar as demandas e desejos de todas as partes envolvidas.

O que escutamos na clínica a partir dos primórdios da década de 80 mostra que nem tão doentes são os pacientes nem tão saudável é a instituição. Certamente não excluo os casos em que a doença psicológica é fato constatado e anterior à entrada na instituição mas o inverso é, com frequência, observado: o modo da instituição é razão principal das

¹ Encontros realizados no Instituto Acolher, coordenados por Edênio Valle, Ir. Fátima Moraes e por mim.

dificuldades pessoais dos que procuram a clínica psicológica.

Pretendemos refletir sobre o alcance da psicologia na detecção de problemas e seu enfrentamento, muito mais que nossas conquistas clínicas em nível pessoal. A instituição precisa mais do que um bom terapeuta à disposição nos momentos de crise. A instituição precisa que o saber clínico a retroalimente e atue de modo preventivo com a ajuda da pedagogia e da compreensão dos fatos sociológicos que as geram.

O momento histórico que vivemos colocou-nos, os psicólogos, na invejável posição de "saber das coisas" e é imprescindível que, sempre priorizando a ética, possamos ampliar o alcance de nossa escuta. É isto o que desejamos: colocar a serviço de instituídos e instituintes, enfim da instituição como um todo, as demandas que nos chegam e as soluções privadas que garimpamos ao longo do processo terapêutico individual e grupal e, por que não, também dos psicodagnósticos e técnicas grupais que fazem emergir processos inconscientes mal gerenciados no ambiente formativo.

II – O ambiente formativo

A noção de ambiente como receptáculo de algo que se constitui é tão antiga quanto o existir humano. Nem mesmo uma pedra é a mesma pedra em dois espaços geográficos e climáticos diferentes, o que diremos de um ser humano que, por seu próprio modo de ser, depende de outros desde o momento em que é gestado. Hoje falamos de ambiente intra-uterino quase que de modo idêntico a ambiente virtual de tal ma-

neira a informatização afeta as relações humanas e incide nos comportamentos e atitudes diante da vida. Mesmo na solidão de uma casa de formação, seja seminário, convento ou pequenas comunidades, o acesso à internet tem atuado como agente de mudanças e escolhas antes inimagináveis. De modo semelhante as relações entre duas pessoas numa mesma casa tem uma autonomia que nenhum formador, por mais atento que esteja, poderá evitar.

Estas e tantas outras constatações fizeram postular a ambiência como condicionante de uma adequada formação. Ambiente inclui pessoas e lugar mas inclui também tempo e rotinas de uma casa de formação e até mesmo objetos e pertences desta casa. Jovens vocacionados vindos de regiões longínquas e pobres de nosso país são impactados pelo modo de vida de nossas casas de formação com sua organização e a presença de agentes formadores adultos e maduros – às vezes nem tanto! – convivendo no dia a dia e passando de modo direto ou subliminar seus valores e sua moralidade. Mas igualmente passando seus preconceitos e suas preferências ocultas.

Um autor com a importância de D. W. Winnicott, psicanalista inglês contemporâneo, atribui ao ambiente uma função materna que combina com a conceitualização de mãe mais como algo processual e contínuo que com a idéia de uma pessoa específica em quem se deposita as necessidades, desejos e projeções. Esta possibilidade amplia o alcance de um processo formativo que tem como alvo jovens vindos maioritariamente de famílias carentes econômica e afetivamente.

te. Jovens que além da motivação vocacional, são também atraídos pela possibilidade de uma segunda formação e do amparo afetivo de uma família postíça, no bom sentido da palavra. Deixo claro que o referido autor vê com alguma resistência a segunda formação, afirmando que uma experiência ambiental corretiva não tem o mesmo alcance do mal produzido por um ambiente doentio (Winnicott, 1990).

No entanto, traz-nos esperança um agir que modifique as relações entre as pessoas, aprimorando o cuidado humano fornecido na casa de formação. Até porque a presença dos jovens cada vez mais modifica e aciona as defesas de formadores adultos que amadurecem junto a seus formandos. Amadurecer continuamente é absolutamente próprio dos humanos e o que precisamos é aprender a fazer um uso saudável deste fato. Formadores conscientes desta rede de influências atuam com muito mais propriedade e facilitam o amadurecimento do formando num processo de contínua agregação com ganho para todos os envolvidos. A instituição bem assessorada escuta seus formandos e lhes fornece correção a partir da matéria-prima saudável dos mesmos e a facilitação do escoamento das tendências doentias advindas, porventura, das falhas na formação na família de origem.

Além dos limites da casa de formação, das pessoas que nela habitam, incluindo funcionários, ao ambiente formativo se soma o clima da congregação ou diocese com suas pessoas de destaque na vida religiosa, a pessoa do bispo e o imaginário em torno de ser ou parecer alguém que

pertence àquela instituição. O formando que, em si, quer mesmo é ser alguém neste mundo plural e tão sedutor quanto assustador, toma o colorido do ambiente formativo para matizar sua identidade esboçada no chamado dos encontros vocacionais.

O ambiente da casa de formação o insere num grupo peculiar que convive no dia a dia tal como uma família comum mas que também é parte de uma instituição que se denomina Instituto ou Congregação com suas normas e propostas de vida ou carisma. E mais do que isto, esta congregação é diretamente ligada a Igreja.

É sobre isso que falaremos mais adiante: das camadas que precisamos perfurar para tornar alguém (o formando) que nasce indiferenciado e inicia a vida numa relação simbiótica com a mãe, passando na socialização inicial – seja no ensino básico, seja na catequese – a se alimentar do meio social e histórico e ser afetado, mesmo inconscientemente, pelas ofertas do mundo globalizado, ir aos poucos se separando e se identificando consigo próprio para tornar-se uma pessoa. No nosso caso, uma pessoa que deseja ou foi chamada a tornar-se membro da Igreja e que deve chegar a isto pela intermediação de uma Diocese ou de um Instituto com seu carisma. Some-se a isto a pessoa do fundador, cuja imagem idealizada é fonte de busca e estímulo para o amadurecimento e o caminho da santidade.

Parece ser uma grande tarefa. Tentaremos esmiuçar os elementos que tornam o que chamamos de ambiente formativo, ou seja, a casa de formação mais a equipe

formativa, em algo coerente que flexibiliza o processo de amadurecimento humano do formando mas não olvida o cuidado à pessoa do formador.

III – A equipe formativa

O formador representa e congrega em torno de si o imaginário da instituição. Através de rotinas e atos didáticos ensina aos jovens a hierarquia e os valores da vida religiosa. Os primeiros tempos de um vocacionado na casa de formação são recheados de curiosidade e medo das figuras de poder da vida religiosa. Bispos, na Diocese, Provinciais e Conselho, nas congregações são alvo de tantas projeções que suas orelhas devem arder cada vez que um grupo de formandos se instala e inicia o processo formativo. Igualmente se dá com os membros que se destacam, isto quando o jovem tem este conhecimento. Frequentemente, há muito pouco saber a respeito das obras antes de o jovem estar inserido e quando isto acontece é bem freqüente o medo de assumi-las.

A equipe formativa, presente ou não na casa de formação, é composta de todos aqueles a quem o jovem lança o olhar, seja de espanto, admiração ou medo. Ao psicólogo nada disto escapa e ao longo das reflexões foi ficando clara a ação catalisadora do mesmo no âmbito da formação. Mais do que alguém que analisa ou trata dos formandos em crise, ele mesmo se insere e é afetado pelo ambiente formativo que demanda seus serviços. Sua relação com a instituição e, mais diretamente, com o formador o coloca numa posição delicada e ao mesmo tempo oportuna no sentido de potencializar

a emergência de conflitos ocultos e manifestos. Tudo isto com a clareza de se tratar de alguém de fora da instituição.

A tríade formador – psicólogo – formando se constitui justamente pelo fato de fazer dialogar alteridades no seguinte sentido: o formador é membro da instituição e como tal é responsável e depositário da maior parte das projeções do formando. Este por sua vez é instituinte e instituído em pleno processo de discernimento pessoal e avaliativo por parte da instituição. O psicólogo precisa favorecer o diálogo mas deve se inserir compreensivamente no modelo formativo como alguém que conhece e respeita as normas da instituição mas que é solicitado a oferecer soluções novas para conflitos antigos. Além disto, seu trabalho é fonte de expressões que estavam mascaradas.

IV – O interjogo: ambiente formativo e a tríade formativa

1 – Pequeno relato clínico

Optamos pela apresentação de um caso clínico não por priorizá-lo em relação a outras técnicas (trabalhos em grupo, sensibilizações e mesmo psicodiagnósticos) mas por ilustrar de maneira quase visível parte do que andamos conversando ao longo de nossos encontros e que tentei comunicar nas linhas acima. Abordaremos o modo como se dão as relações entre as pessoas na casa de formação e, igualmente, a relação direta do jovem com seu formador. Este último deveria estar escorado pelos demais membros da equipe bem como pela atuação

do psicólogo. Vejamos como este interjogo se deu a partir da escuta deste jovem seminarista.

Natural do interior paulista, 26 anos, estudante de Teologia, faz acompanhamento clínico a seu próprio pedido. O formador acolheu seu desejo mesmo sem saber qual seria o problema pois, segundo o mesmo, Augusto (nome fictício) é excelente aluno na faculdade, assíduo nas orações e convive normalmente com seus confrades.

De fato, as conversas iniciais com a terapeuta mostraram que ele tem facilidade para expressar-se; relata fatos difíceis da infância com muita emoção sem, no entanto, perder-se nelas; sabe ouvir e mostra sensibilidade para escutar seus sonhos e trazê-los para a sessão terapêutica.

Viveu sua infância com a mãe, o pai adotivo – pessoa muito simples de quem gosta muito – e a irmã mais jovem. Sua casa ficava no mesmo quintal em que moravam seus avós maternos e dois tios solteiros. Sempre gostou muito de estudar e fez o colegial técnico com êxito. Assim que concluiu o segundo grau teve certeza de que queria tornar-se padre talvez por influência do avô que era líder na comunidade.

Sua religiosidade é bastante delicada, parecendo-me genuína ou intrínseca no dizer de Allport (Valle, 1998) a ponto de emocionar-me quando fala de sua devoção a Maria.

Preocupa-se com sua sexualidade, a meu ver bastante normal para a idade, por idealizar que não deveria sentir atração por mulher alguma e viver com integridade a vida fraterna.

Estes dados que apresento visam mos-

trar que se trata de um jovem sem grandes problemas ou traumas. Vem de família humilde, com falhas na educação – que ele mesmo detecta serem causadas pela falta de informação dos pais – mas não há nada que o torne um rapaz problemático ou comprometido psicologicamente.

2 – *As motivações do jovem seminarista*

Em nosso sexto encontro, ao chegar a sessão, perguntei-lhe quase automaticamente como havia passado a semana. Disse-me com certo desalento:

“Bem, hoje percebi que meu quarto não é o de um religioso pois não consegui ainda Ter o símbolo da congregação e nem a foto do papa pregados na parede.”

Estive tentada a rir, até porque considero a sessão com ele um descanso em relação a outros casos mais graves. Mas como tudo o que se passa no *setting* deve ser levado em conta, preferi refletir com ele a questão. Tenho claro a importância dos objetos simbólicos na constituição da identidade (Winnicott, 1975). Certos objetos fazem com que a pessoa seja e não apenas execute comportamentos que as façam parecer algo ou alguém. No caso dos religiosos temos nos deparado muito com a questão de parecer religioso bem antes de sê-lo ou estar convertido (Castilho, 2004).

Augusto fez alguns comentários sobre já Ter ganho uma foto do papa mas a achou sem graça e não quis mesmo pregar na parede. Quanto ao símbolo ligado ao carisma de seu Instituto, pretende ganhá-lo de alguém significativo ou mesmo comprá-lo quando se sentir encantado por um. Especificou os detalhes esté-

ticos que deseja ver, revelando-me seu bom gosto e confirmando a importância dos objetos transacionais com sua estética inclusa (Safra, 1999). Comentou também que seu formador nunca lhe cobrou a presença de tais objetos mas que alguns colegas consideram seu quarto "profano" embora não seja desorganizado nem tenha fotos de mulheres. Disse ainda que um dos padres já comentou que "roupas de grife, é só procurar que no quarto do Augusto tem". Juntando todos os fatos é que concluiu que seu quarto é, no mínimo, suspeito. Ou ainda, não fala de sua pessoa enquanto um vocacionado a caminho da santidade.

Se excluirmos as variedades dos modos de viver de cada congregação, mesmo se pensarmos no fato de que este rapaz mora sozinho em um quarto ao contrário de outros seminaristas que dividem espaços menores, ainda assim este comentário é significativo para compreendermos a constituição da identidade de um religioso hoje.

Utilizando este exemplo, tentaremos compreender algo de suas motivações para a busca da vida religiosa. Fica claro que ele viveu experiências religiosas significativas na infância e na adolescência inicial não somente por suas características pessoais mas também pela identificação com a figura de seu avô materno. Não conheceu seu pai biológico e não coloca esta experiência como tema central deste começo de psicoterapia, portanto, ainda não conhecemos a real importância do fato no seu amadurecimento.

Observamos que ele já mora, concretamente falando, na casa de formação mas ainda não delimita a diferença em

relação a sua casa de origem. Aqui ele tem um quarto próprio, diferente da época em que vivia com seus pais e tinha que dividir espaço com sua irmã caçula e mal humorada. No entanto, intui (ou até foi informado disto) que é preciso Ter claro sua pertença a uma Instituição com tudo que isto acarreta em termos de direitos e deveres.

Seu relacionamento com a equipe de formação não difere em muito do tempo em que brigava com sua avó ou avô e até "ficava de bico" por que a mãe o reprimia devido a bagunça de seus livros e roupas. Com o formador e os demais padres que moram na casa acha que deveria mostrar-se quase adulto e saber controlar suas emoções. A bem da verdade é por isso que pediu um acompanhamento psicológico. Achava-se meio falso, todos o elogiando e não vendo grandes defeitos nele.

Augusto mudou de casa, está indo atrás de sua vocação mas mistura-se afetivamente com o ambiente e vive a continuidade de sua adolescência, agora de modo mais confortável e disciplinado. Há uma pedagogia por trás dos horários rígidos, normas e tarefas a cumprir e ele deseja, de fato, ser penetrado por este processo formativo e fazer parte dele de modo genuíno e consciente.

O quarto representa a totalidade de seu ser e igualmente a gratidão que sente por estar sendo acolhido e lapidado. Mas a verdade é que ainda é muito cedo para identificar-se totalmente com o projeto do Instituto. Este sentimento esboçou-se diante da psicóloga que o acolhe e que ele sabe manter vínculos com o Instituto.

Talvez ele quisesse me falar do quanto é difícil tornar-se um religioso. Não basta querer ou Ter vocação ou ainda, Ter sido chamado. É preciso aprender a fazer parte de algo maior sem fundir-se a este algo. No entanto é só a partir da fusão que se dará a delimitação. Creio que ao entrar no seminário ele desejava mesmo era fundir-se a algo consistente no afã de que ele próprio pudesse chegar à consistência. Seria mais ou menos como fazer parte de uma salada de frutas ao invés de ser batido numa vitamina, por mais que ela seja saborosa ou peculiarmente colorida.

3 – A questão da transferência

Augusto, na seqüência de suas associações ao comentário inicial da sessão acabou chegando naquilo que desejo relatar. Sente que seu formador não estava captando o momento difícil que vivia e que precisou, ele mesmo, fazer o pedido de acompanhamento psicológico. Culpava-o de negligência. Difícil a tarefa do formador. Fornecer ao jovem o recurso que o levará a se indispor contra ele de modo transferencial pois estava fazendo agora na casa de formação o que poderia Ter feito quando ainda morava com seus pais. Esta situação ilustra bem a idéia da tríade pois o jovem praticamente atravessou o psicólogo e projetou as falhas familiares no formador. O fato se dá pelo modo peculiar da convivência com o formador, que é real mas beira o simbólico já que a tarefa do mesmo é inserir o jovem na instituição com suas normas e valores. Mas sobretudo pelo fato de que o psicólogo, treinado para enfrentar o mecanismo da transfe-

rência, faz a interpretação já consciente dos efeitos da mesma sobre si próprio. Na relação que se estabelece entre o terapeuta e o paciente, passa a haver uma dependência que permite que a interpretação tenha efeito, desobstruindo parte do complexo. A simbolização estende-se e é atualizada na casa de formação em relação à pessoa do formador e/ou demais membros. Não sei bem por que isto ocorre mas parece-me ter a ver com o fato de que realizamos encontros semanais e não como na psicoterapia de orientação psicanalítica, em que os encontros ocorrem ao menos por duas vezes na semana. Assim, os conteúdos afetivos que emergem continuam seu escoamento no contato com o formador, substituto simbólico das figuras parentais. Outro fator de grande importância é que a interpretação bem sucedida da transferência se dá quando o paciente pôde aceitar a dependência em relação ao terapeuta e então, novamente aqui, a figura do formador é preponderante em relação a do psicólogo.

Augusto era certinho demais. Seus pais não perceberam porque não estão preparados para esta percepção e o formador repetiu a dinâmica mais comum: dar atenção aos que tem problemas ao invés de priorizar e acompanhar o processo de amadurecimento (relativamente) normal dos formandos que vivem a continuidade da adolescência numa casa de formação. Claramente, ele cobrava do formador – ou transferia – a rejeição do pai biológico e a limitação intelectual do pai adotivo. Em linguagem popular, sobrou para o formador.

Transferência não é uma propriedade

privada da técnica psicanalítica. Desde que o mundo é mundo, o ser humano transfere emoções, sentimentos de um lugar a outro, de uma pessoa a outra. Winnicott (1990) diz que cabe à psicanálise (ou psicoterapia de orientação psicanalítica) propiciar condições para o aparecimento destes fenômenos que, após a interpretação adequada, mudam de lugar, permitindo que o paciente vá desobstruindo os pontos nevralgicos (as palavras são minhas). Freud detalhou os mecanismos de defesa do ego, mostrando a variedade de recursos que o ego utiliza para ocultar-se e assim proteger-se contra o desfocamento, a consciência das suas faltas. Em outras palavras, proteger-se de suas motivações ainda ocultas.

V – A vida em comunidade

Nós humanos iniciamos a vida numa relação simbiótica com a mãe, ou melhor, com o ambiente materno que inclui o útero mas também suas emoções e os conteúdos com os quais se alimenta. Somos gerados e crescemos nos relacionando com outras pessoas mesmo quando ainda não temos consciência desta interação. Parece que a vida em comunidade se dá pelo modo próprio do indivíduo humano de agregar-se e que o tempo em que nos fundíamos com a mãe traz boas lembranças de forma que tendemos a repeti-lo.

No vínculo simbiótico não há distinção entre o eu e o outro e para sairmos deste estado é preciso um esforço. É desta força que queremos falar pois é dela que o jovem formando precisará para delimitar-se e ainda assim, aprender a se

inserir como membro de seu instituto. Ele é o quarto e dentro dele, ou com ele, convivem sua história familiar e também a congregação e a Igreja, de modo mais amplo. A instituição o institui e ele mesmo institui a instituição com sua presença e atitudes expressas ou ocultas (Castilho, 2004).

Nos momentos de crise, ou seja, adolescência, discernimento e outras vivências que funcionam como divisor de águas, a parte de si que é comum a todos pode tyrannizar a pessoa, gerando sofrimento psíquico e fazendo com que, defensivamente, a culpa seja projetada fora. O sentimento seria expresso mais ou menos assim: não sou eu que devo amadurecer mas é o ambiente que deve fazer o trabalho por mim!

O formador recebe o impacto desta força e nem sempre está preparado para suportar pois ele mesmo tem uma parte de si que se mistura à instituição. Ninguém é diferenciado o tempo todo e as pessoas com quem vivemos nos afetam, modificam, nos colocam em suspensão. Às vezes nos colocam em lugares desconfortáveis. Alguns formadores, com frequência, se sentem pendurados na parede como a foto do Papa que o jovem precisava Ter para sentir-se – e ser autenticado pela comunidade – de fato um religioso. O formador é e não é uma pessoa para o formando e acaba sendo afetado pela projeção dos jovens que está acompanhando.

Por isso o psicólogo tem que estar do lado de fora atuando como catalizador, não só quando pratica psicoterapia individual mas igualmente quando trabalha no âmbito grupal. O psicólogo seria

mais ou menos como o vinagre que se coloca na água em que descansam as folhas de alface lavadas. Elas parecem estar limpas mas ao retirarmos para o tempero final podemos ver a sujeira que ficou no fundo da vasilha.

O psicólogo deve fomentar o interjogo entre a parte do formando /a que se mistura e a parte do formando /a que se separa. A parte que se separa é a que pode relacionar-se com o grupo, o Instituto, a Igreja. A parte que se funde não conhece o outro, é a vitamina batida. Para promover a diferenciação, o psicólogo deve atuar como assessor e estar do lado de fora da Instituição para visualizar os conflitos e as variedades das relações ocultas. A tarefa nem sempre é fácil e o critério de sucesso do trabalho do psicólogo não é o atingimento dos objetivos do Instituto e sim o grau de compreensão, independência e melhoramento das relações interpessoais.

Deste modo e só assim ele estará dando suporte ao formador para tocar seu trabalho de seleção e formação de pessoas consagradas.

VI – Perspectivas para o formador

Em nosso exemplo, Augusto está em pleno processo de discernimento. Sua personalidade porta certo refinamento e o lugar religioso se presta a estas pessoas. Outros colegas seus menos refinados já devem possuir no quarto a foto do papa, o símbolo da congregação e até mais provas de sua religiosidade mas não significa que estejam melhor preparados que Augusto. A bem da verdade, em uma perspectiva de grupo, Augusto deveria

ser um sinal de que o amadurecimento é um processo gradual e quase invisível, incluindo mais uma busca serena e constante e menos gestos heróicos ou manifestações exageradas de religiosidade.

Se pudermos dialogar com os formandos de modo honesto, metade da tarefa estará cumprida e os que saírem do instituto ou congregação sairão para a vida. Sair para a vida é bem diferente de sentir-se posto para fora. Preparar para a vida é tarefa pastoral com igual importância daquela mais técnica que é a formação do religioso propriamente. O formando preparado liberta-se do medo de não ser aceito e passa a escolher o que é bom para si e o quanto ele pode ser útil para a instituição e para o serviço que esta se propõe. A indicação de psicoterapia para jovens com sintomas visíveis sejam fobias, obsessões ou comportamentos histéricos já é uma prática consolidada no ambiente formativo.

Queremos agora sensibilizar para a importância do trabalho preventivo que se ocupa do fazer emergir as motivações inconscientes daqueles jovens que, de modo prematuro, se mostram adaptados à casa de formação. Queremos também refletir sobre as máscaras de pseudo religiosidade que ocultam defesas maníacas mais graves. A instituição formativa quer fomentar o crescimento de cidadãos com consciência de seus direitos e de seus deveres pois há uma cidadania na Igreja, seja qual for o cargo ou ofício que se exerça. O formando ou adulto jovem deve estar preparado para viver sem dependências extremas mas com a consciência de que somos seres interdependentes como modo próprio de ser humanos.

VII – Esboçando conclusões

Ao longo da partilha de experiências constatamos que a relação formando formador, toda ela carregada de afetos e transferências (palavra mágica e assustadora que esconde vários outros mecanismos de defesa do ego de ambos) é a ponta de um iceberg que inclui a instituição de modo global com sua história mas também a história de seus membros ilustres, seu carisma e o modo como atrai seus vocacionados. Mais ainda, a instituição deve ter claro seus limites em relação à inclusão de novos membros para que o tempo de discernimento não se estenda além do ponto que permita a reabsorção do jovem pela sociedade.

Fornecer tempo e educação não significa prolongar indefinidamente processos que revelam um desgaste e esgarçamento das relações do formando com a instituição em geral e com a comunidade

de em particular. Nestes momentos, o estágio pastoral, o trabalho nas obras e as relações com os membros de fora da casa de formação ou seminário devem funcionar como termômetros que facilitam o fazer do formador.

De modo semelhante, o trabalho dos psicólogos é uma ferramenta a ser continuamente aprimorada pelo fato de cuidar igualmente de todas as partes envolvidas: formando, formador e instituição. No des-centrar é que se propicia o crescimento e se diluem as relações neuróticas observadas em casos de religiosos adultos atendidos clinicamente.

A autora é psicóloga clínica, leiga, terapeuta membro do ITA – Instituto Acolher, especializado no atendimento a religiosos, em São Paulo. Leciona Psicologia da Religião no ITESP – Instituto Teológico São Paulo. Endereço da autora:

Rua Bom Pastor n. 976 apto 93
Ipiranga 04203-000 São Paulo SP
E-mail: elianamassih@yahoo.com

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1- Na sua apreciação, qual é o alcance da psicologia na detecção e acompanhamento de problemas apresentados por religiosos e religiosas, sobretudo no período inicial da formação?
- 2- Que papel jogam as instituições nesse processo?
- 3- Como a sua comunidade/província pode aproveitar a contribuição da psicologia no processo formativo?

“A instituição formativa quer fomentar o crescimento de cidadãos com consciência de seus direitos e de seus deveres”



CRB

Impresso
Especial

050200140-2/2002 - DR/RJ

CRB

...CORREIOS...

Quadro Programático da CRB 2005-2007

Horizontes

1. Uma espiritualidade evangélica que potencialize para o testemunho da partilha, para a profecia e anúncio missionário, e para acolher as mudanças necessárias, frente aos novos tempos.
2. Vida Consagrada como sinal do Reino de Deus na opção preferencial, audaciosa, solidária e transformadora pelos empobrecidos e excluídos.
3. Afirmação da identidade da Vida Consagrada no seu compromisso e missão com a causa da justiça, da paz, da reconciliação, sendo esperança para a vida do mundo, no seguimento de Jesus.
4. Vida Consagrada como espaço de novas relações, particularmente de gênero, de etnias, de gerações e ecológicas.

Prioridades

1. Avançar na construção de alianças intercongregacionais na formação, missão, projetos comuns, e em parceria com organizações afins.
2. Dinamizar o processo formativo para ser presença profética e testemunha de esperança diante dos desafios da realidade de hoje.
3. Assumir as interpelações das novas gerações em seus dinamismos, exigências e potencialidades.
4. Incentivar a vida fraterna e sororal em comunidade como espaço de testemunho evangélico, na interculturalidade.
5. Cultivar uma mística enraizada na Palavra de Deus como fonte de coragem para responder aos desafios atuais.
6. Resgatar de forma criativa a inserção em meios populares, bem como a missionariedade em regiões carentes, no mundo urbano, *ad gentes* e em realidades emergentes.

Realces

1. Potencializar uma formação humanizante com particular atenção aos desafios atuais e questões de identidade, liderança, poder e relações na Vida Consagrada.
2. Fomentar uma economia solidária e partilha de recursos humanos e materiais, em vista de um testemunho mais efetivo.
3. Buscar a comunhão com a CNBB, a integração com a CLAR e o diálogo com as novas formas de Vida Consagrada.
4. Cultivar a consciência crítica e o discernimento evangélico que tornem a Vida Consagrada capaz de posicionar-se com determinação diante das situações de injustiça na sociedade.
5. Dar prosseguimento ao processo de sensibilização da Vida Consagrada para questões emergentes, de modo particular vindas da juventude e as novas formas de animação vocacional.
6. Ajudar as congregações e institutos em suas análises institucionais, em vista da refundação.